

# Metodologias para a promoção de cultura de paz e prevenção da violência de gênero com crianças, adolescentes e jovens

**PROJETO  
REGIONAL  
INTERPAZ**





# **Metodologias para a promoção de cultura de paz e prevenção da violência de gênero com crianças, adolescentes e jovens**

**PROJETO  
REGIONAL  
INTERPAZ**



Escritório na América Latina de terre des hommes Alemanha

**Coordenação Geral**

Thomas Mortensen

**Coordenação de Programas Centro-América, Colômbia e Cone Sul**

Reina Isabel Velázquez, William Leon e Celia Alldridge

**Coordenação do Projeto Regional Interpaz**

Fabiana Vezzali

**Projeto editorial, redação e edição**

Fabíola Munhoz

**Contribuições**

Ação Educativa, Centro de Servicios Educativos en Salud y Medio Ambiente, Corporación Amiga Joven e Museo de la Palabra y la Imagen

**Revisão**

Celia Alldridge

**Projeto gráfico e diagramação**

Luiza Poli

**Tradução**

Maria Mercedes Salgado



Promoción y Defensa  
de los Derechos de la Niñez.



**APOIO:**



**Você tem a bala...**  
**Eu tenho a palavra.**  
**A bala morre quando explode...**  
**A palavra vive quando é replicada.**

(Berta Cáceres)

**Trabajo bruto, pero con orgullo**  
**Aquí se comparte, lo mío es tuyo**  
**Este pueblo no se ahoga con marullo**  
**Y si se derrumba, yo lo reconstruyo**

**Tampoco pestañeo cuando te miro**  
**para que te recuerde de mi apellido**  
**La operación Condor invadiendo mi nido**  
**Perdono, pero nunca olvido**  
**¡Oye!**

**(¡Vamos caminando!)**  
**Aquí se respira lucha**  
**(¡Vamos caminando!)**  
**Yo canto porque se escucha**  
**Vamos dibujando el camino**  
**(¡Vamos caminando!)**  
**Aquí estamos de pie**  
**¡Que viva la América!**

(Calle 13, Música “Latinoamérica”)

## **AGRADECIMENTOS**

Nosso agradecimento a todas as pessoas entrevistadas; às organizações parceiras nesta iniciativa; e às crianças, adolescentes, jovens e pessoas adultas participantes do Projeto Regional Interpaz, responsáveis pelo conhecimento e pelas ações inspiradoras partilhadas nesta publicação.



# ÍNDICE

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
1.1. O Projeto Regional Interpaz e a Convenção sobre os Direitos da Criança	11
<b>2. DESIGUALDADES, DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA: O CENÁRIO QUE BUSCAMOS TRANSFORMAR</b> .....	<b>16</b>
2.1. Cultura de paz e eliminação da violência de gênero: marco conceitual	19
<b>3. METODOLOGIAS INSPIRADORAS PARA PROMOÇÃO DE CULTURA DE PAZ E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO</b> .....	<b>23</b>
3.1. Futebol de Rua: Criação de espaços seguros e de diálogo	25
3.2. Caixa de Ferramentas de Cultura de Paz: Metodologias para apoiar a prevenção da violência	32
3.3. Caixa de Ferramentas sobre Memória Histórica: Sensibilização e reflexão para uma cultura de paz	39
3.4. Construção de pactos para a promoção de famílias, escolas e comunidades seguras	46
3.5. Pesquisa-Ação Transformadora: Análise de temas sociais e incidência por mudanças	53
3.6. Escola popular: Educação e participação para a construção de paz com justiça de gênero	59
<b>4. CONCLUSÕES</b> .....	<b>66</b>
4.1. Reflexões sobre as metodologias	66
4.2. Um balanço sobre a implementação do Projeto: aprendizados e desafios	68

# APRESENTAÇÃO

O Projeto Regional Interpaz tem como objetivo contribuir para a promoção de cultura de paz e a prevenção da violência de gênero na América Latina e no Caribe. Suas atividades, desenvolvidas com a participação ativa de crianças, adolescentes e jovens em quatro países da região - Brasil, Colômbia, El Salvador e Nicarágua -, são voltadas para a resolução não-violenta de conflitos, o respeito às diversidades, o incentivo ao diálogo, a solidariedade e o rompimento com as normas culturais que naturalizam diferentes formas de violência, principalmente contra meninas e mulheres.

Ao longo dessa iniciativa, que começou em outubro de 2019 e terminou em dezembro de 2022, foram produzidos materiais gratuitos com diferentes metodologias para a mediação de conflitos, construção de espaços seguros de diálogo, estímulo à participação social e reflexão sobre memória histórica, como ferramentas de promoção de cultura de paz com equidade de gênero. Também foram realizadas atividades formativas e ações de comunicação e incidência política, buscando sensibilizar as comunidades sobre as formas de violência existentes, especialmente contra meninas e mulheres, e estimular a busca de caminhos construídos coletivamente para enfrentar essas problemáticas. O Projeto buscou ainda colaborar com reflexões acerca de cultura de paz e igualdade de gênero, incentivando que as duas temáticas sejam abordadas de forma articulada e possam ser incorporadas a outras iniciativas envolvendo infância e juventude em diferentes localidades.

O Interpaz foi implementado com as organizações Ação Educativa (Brasil), Corporación Amiga Joven (Colômbia), Museo de la Palabra y la Imagen - MUPI (El Salvador) e Centro de Servicios Educativos en Salud y Medio Ambiente - CESESMA (Nicarágua), parceiras da iniciativa. Essas organizações possuem longa trajetória na defesa dos direitos da infância, adolescência e juventude em seus países.

No âmbito do Projeto, as organizações sistematizaram pela primeira vez suas experiências exitosas e as consolidaram em metodologias e guias, com conteúdo teórico e prático, para promoção da cultura de paz, prevenção da violência contra meninas e mulheres e estímulo à participação e ao protagonismo de crianças, adolescentes e jovens na reivindicação de seus direitos. São metodologias que utilizam esporte, artes, jogos e os princípios da educação popular e podem ser aplicadas com públicos diversos, em contextos urbanos ou rurais.

Crianças, adolescentes e jovens participam do Interpaz como multiplicadoras/es de conhecimento e promotoras/es de direitos, com base na premissa de que são sujeitas e sujeitos de direitos e agentes essenciais para promover mudanças nas sociedades e no reconhecimento de seu direito a expressar opinião em todos os assuntos que

lhes afetam. Essa participação fortalece sua capacidade de defender e reivindicar direitos, além de contribuir para relações mais equitativas com as pessoas adultas.

O Projeto Regional Interpaz foi coordenado por terre des hommes Alemanha (tdhA), organização de cooperação internacional de defesa dos direitos da infância e da juventude, que foi também co-financiadora da iniciativa, junto com o Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). As ações de tdhA são orientadas por quatro objetivos estratégicos: promover cultura de paz, combater as violações de direitos baseadas em gênero, melhorar os cuidados psicossociais e educacionais para crianças, adolescentes e jovens vítimas de deslocamento forçado e promover o direito de crianças e adolescentes a um ambiente saudável e sustentável.

Nesta publicação, destinada a trabalhadoras/es de organizações sociais e educadoras/es que atuam na América Latina e em outras partes do mundo, apresentamos as metodologias desenvolvidas pelas organizações parceiras e os materiais produzidos por elas para ampla disseminação.

Nas primeira e segunda partes, traçamos um panorama do Projeto Regional Interpaz, o cenário sociopolítico em que ele se insere e como a promoção de cultura de paz e a luta pela eliminação da violência de gênero buscam transformar esse contexto. Na terceira parte, encontram-se informações sobre as metodologias:



Na quarta parte, compartilhamos conclusões e achados gerais sobre essas metodologias e sobre a implementação do Interpaz.

Esperamos que as próximas páginas inspirem ou fortaleçam a implementação de iniciativas baseadas no diálogo e na ação conjunta com crianças, adolescentes e jovens para a promoção de cultura de paz, igualdade de gênero e defesa de direitos.

**Boa leitura!**



# 1. INTRODUÇÃO



Abordar temáticas de direitos humanos tão caras para a garantia de uma vida digna a todas as pessoas, e ao mesmo tempo tão distantes de sua realização plena num continente marcado por desigualdades estruturais, enfraquecimento do Estado e desmantelamento de políticas públicas, não foi um processo fácil para as organizações que integram o Projeto Regional Interpaz. Além disso, desde o primeiro ano da iniciativa, as organizações parceiras enfrentaram os muitos desafios impostos pela pandemia de Covid-19, que desencadeou uma emergência sanitária internacional e a perda de milhões de vidas ao redor do mundo, aprofundando as violações de direitos humanos nos países da América Latina. A crise de Covid-19 também exacerbou o nível de violência contra crianças e adolescentes, uma vez que, em contextos de confinamento e isolamento social, esses grupos, assim como as mulheres, ficaram mais expostos a agressões e com menos acesso a instituições de apoio.

Nesse cenário, as organizações parceiras do Interpaz se articularam para atender às demandas dos grupos com que trabalhavam naquele momento, sem deixar de denunciar as negligências por parte de governos e autoridades frente ao recrudescimento da violência, da fome e das desigualdades estruturais. Também desenvolveram alternativas para dar continuidade a suas ações durante a pandemia: as estratégias pedagógicas foram adaptadas ao novo contexto e as formas de comunicação transferidas ao formato virtual, por exemplo. Em alguns casos, foram articuladas ações de ajuda emergencial às famílias de crianças, adolescentes e jovens, com entrega de alimentos ou apoio financeiro para que pudessem acessar a Internet e participar das atividades. A desigualdade do acesso aos meios digitais ficou ainda mais evidente nesse período.

Além do complexo processo de adaptação e enfrentamento aos efeitos da crise sanitária e social provocada pela pandemia, durante os anos de implementação do Interpaz, as organizações parceiras também conviveram com um cenário político instável, de crescimento de governos autoritários e da violência estatal, bem como de enfraquecimento da democracia. Na Colômbia, por exemplo, durante o “paro nacional”<sup>1</sup> de 2021 e no período anterior às eleições presidenciais de 2022, houve forte repressão por agentes de forças policiais aos protestos sociais e muitas detenções arbitrárias de jovens e outros grupos da população.



Foto: Bruna Varnier de Oliveira Leite

Em El Salvador, o uso das forças militares para controlar a adesão às medidas de isolamento, no primeiro ano de pandemia, traduziu-se em uso abusivo da força e em violação de direitos, sob a justificativa de proteger a saúde da população. Também houve diminuição dos espaços de atuação da sociedade civil e ataques aos meios de comunicação<sup>2</sup>. Em março de 2022, após o aumento no número de assassinatos nesse país, decretou-se Estado de Exceção sob o argumento do combate à ação das “pandillas” (gangues)<sup>3</sup>. O decreto suspendia direitos fundamentais, como o direito à defesa, e permitia a prisão de adolescentes<sup>4</sup>. A atuação das forças de segurança se concentrou nas comunidades historicamente excluídas e em situação de pobreza no país.

No Brasil, os últimos anos foram marcados por omissão e negacionismo do governo federal frente às consequências da pandemia e agravamento da desigualdade econômica, assim como pelo desmonte de políticas sociais, aumento da população em situação de insegurança alimentar e uso de leis repressivas para intimidar vozes críticas ao governo<sup>5</sup>.

Na Nicarágua, foram aprovadas leis que têm um impacto direto sobre as ações das organizações<sup>6</sup>, levando-as a empreender processos internos para cumprir as novas disposições legais<sup>7</sup>. A Lei No. 1040 (Lei dos Agentes Estrangeiros, aprovada em 15 de outubro de 2020)<sup>8</sup> exige das organizações sociais o registro como “agente estrangeiro” para receber recursos financeiros de agências sediadas em outros países. Este processo, no caso do CESESMA, foi concluído somente em novembro de 2021, o que significou para a organização não receber, durante esse período, recursos para o desenvolvimento das atividades no âmbito do Interpaz. Por isso, o CESESMA tomou a decisão de se retirar do Projeto em maio de 2021. O término desse convênio representou uma grande perda para o Interpaz, especificamente para as pessoas envolvidas, que já não podiam contar com as contribuições e a troca de experiências e aprendizagens com essa organização.

## 1.1. O Projeto Regional Interpaz e a Convenção sobre os Direitos da Criança

O Interpaz busca contribuir com a realização dos artigos da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC)<sup>9</sup> relacionados à não discriminação e à proteção contra a violência, especialmente os seguintes:

Art. 29, 1.d: “Preparar a criança para assumir uma vida responsável em uma sociedade livre, com espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade entre os sexos e amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos, e pessoas de origem indígena”.

Art.19, 1: “Os Estados Parte adotarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas apropriadas para proteger a criança contra toda forma de prejuízo ou abuso físico ou mental, descuido ou tratamento negligente, maus tratos ou exploração, incluído o abuso sexual, enquanto a criança se encontra sob custódia dos pais, de um representante legal, ou de qualquer outra pessoa que a tenha a seu cargo”.

A CDC estabelece quatro princípios gerais, que são o fundamento de toda a sua filosofia, e em torno dos quais todos os outros direitos são articulados. Entre esses princípios, está o da não discriminação: “todos os direitos têm que ser aplicados a todas as crianças e adolescentes, sem exceção alguma; e é obrigação do Estado tomar todas as medidas necessárias para protegê-las de toda forma de discriminação”. Em termos de gênero, isso implica analisar as discriminações estruturais e as medidas que devem ser tomadas para proteger e apoiar a participação de: meninas-adolescentes negras ou indígenas; meninas-adolescentes em situação de pobreza; meninas-adolescentes de área rural; meninas-adolescentes com deficiência; meninas-adolescentes que tenham sido vítimas de algum tipo de violência etc.<sup>10</sup>

Nessa mesma linha, o Projeto pretende ainda colaborar para o alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável N° 5 (Igualdade de Gênero)<sup>11</sup> das Nações Unidas que, afinado com a Convenção, oferece à sociedade civil um norte em termos de instrumentos de direitos humanos para defender e promover a cultura de paz e a eliminação das violências contra meninas e mulheres.

## **Promover a transformação com crianças, adolescentes e jovens**

O Interpaz se baseia no princípio de que as crianças, adolescentes e jovens são agentes fundamentais de mudanças nas sociedades. Sua participação e a expressão de suas opiniões em todos os assuntos que lhes afetam são um direito fundamental, tal como estabelece o artigo 12º da Convenção sobre os Direitos da Criança.

Contudo, a participação de meninas e meninos encontra desafios em contextos adultocentristas e autoritários que se manifestam por meio da violência, dos maus-tratos e da negação de que crianças e adolescentes sejam sujeitas e sujeitos de direitos.

As metodologias sistematizadas nesta publicação defendem uma transformação social que inclua crianças, adolescentes e jovens, não apenas como participantes das ações desenvolvidas, mas também como protagonistas dos processos. Na experiência da Ação Educativa com o Futebol de Rua no Brasil, por exemplo, são as e os jovens mediadoras/es que lideram as atividades e, com seus pares, estabelecem espaços seguros de diálogo.

O planejamento participativo das atividades procura promover a voz das pessoas envolvidas, marcando um caminho para o desenvolvimento dos objetivos propostos e favorecendo a compreensão e a apropriação dos temas. Para garantir que isso funcione na prática, a Amiga Joven, na Colômbia, procura ser flexível com as metodologias aplicadas para responder às necessidades e características de cada público. Crianças, adolescentes e jovens também se envolvem na elaboração das atividades pedagógicas durante o processo de formação.





As organizações participantes do Interpaz têm apostado também na facilitação de processos nos quais crianças, adolescentes, jovens e pessoas adultas possam experimentar e compartilhar com seus pares solidariedade, trabalho em equipe, respeito por si próprias/os e pelas outras pessoas, diálogo etc. Para o MUPI, esses são valores que talvez não consigam fomentar nos ambientes em que convivem, devido ao sistema competitivo que é promovido nas escolas dos seus países, por exemplo. Por isso, é tão importante assegurar espaços de vivência e aprendizagem, criar condições para que crianças, adolescentes e jovens expressem sua opinião sobre as iniciativas em que participam, bem como revisar e avaliar o impacto dessas ações na dimensão individual e nos contextos em que vivem essas pessoas.

Levando em conta suas vivências e o que percebem em seus ambientes, propõe-se que crianças, adolescentes e jovens sejam consideradas/os as/os principais especialistas nas questões que impactam suas vidas. Elas e eles conhecem suas necessidades, objetivos, sonhos, capacidades, medos, dificuldades, os lugares onde vivem e os problemas que enfrentam. São assim capazes de propor ações concretas, desde que haja facilitação e que sejam aplicadas metodologias adequadas às suas características. Nas iniciativas do CESESMA, na Nicarágua, crianças e mulheres e homens adolescentes partilham suas aprendizagens com seus pares, desenvolvem um papel de liderança e aplicam metodologias que lhes permitem refletir e influenciar as questões que afetam suas vidas, famílias e comunidades.



Foto: Carlos Eduardo Colorado Hernández

## LINHAS DE AÇÃO DO PROJETO

- Produção de materiais gratuitos com diferentes metodologias e práticas para mediação de conflitos, construção de espaços seguros, desconstrução de estereótipos de gênero, prevenção da violência contra meninas e mulheres e reflexão sobre memória histórica, com o objetivo de disseminá-las para os mais diversos contextos e contribuir para a promoção de relações baseadas em cooperação, respeito e diálogo;
- Formações com crianças, adolescentes, jovens e educadoras/es para apresentar essas ferramentas pedagógicas e torná-las/os multiplicadoras/es em suas localidades;
- Produção de vídeos e relatórios com a participação de crianças, adolescentes e jovens, para ampliar os debates sobre o impacto das violências, da discriminação e da desigualdade de gênero sobre a infância e a juventude latino-americanas;
- Intercâmbio entre as organizações parceiras, com troca de conhecimento e estratégias pedagógicas para abordar as temáticas do Interpaz com diferentes públicos.

## NÚMEROS DO INTERPAZ

**14** PUBLICAÇÕES COM CONTEÚDO TEÓRICO E PRÁTICO DISPONÍVEIS NO SITE DO PROJETO REGIONAL INTERPAZ:

[www.interpaz.tdh-latinoamerica.de](http://www.interpaz.tdh-latinoamerica.de)

**5** OFICINAS DE INTERCÂMBIO DE METODOLOGIAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

+ DE **1000**

CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS E PESSOAS ADULTAS DE COMUNIDADES RURAIS E URBANAS PARTICIPARAM EM BRASIL, COLÔMBIA, EL SALVADOR E NICARÁGUA

( **70%** DE MENINAS E MULHERES )



# NOS PAÍSES

NO MAPA ABAIXO, DESTACAMOS ALGUMAS DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS NO ÂMBITO DO INTERPAZ:





## 2. DESIGUALDADES, DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA: O CENÁRIO QUE BUSCAMOS TRANSFORMAR



O Projeto Regional Interpaz entende que as iniciativas que defendem os direitos humanos e buscam fomentar a paz e a igualdade são especialmente importantes em países marcados por exclusão econômica, violências e assimetrias sociais arraigadas.

Os quatro países participantes do Projeto - Brasil, Colômbia, El Salvador e Nicarágua - têm passado por conflitos armados, bem como ditaduras ou governos autoritários e conservadores nas últimas décadas. Apresentam opressões estruturais, discriminações e múltiplas formas de violência - como violência estatal, violência por parte de grupos armados e do crime organizado e violência física, sexual ou psicológica - contra mulheres, pessoas LGBTQI+, crianças, jovens e populações historicamente marginalizadas, como indígenas e negras/os, entre outros.

As profundas desigualdades encontradas na América Latina devem ser olhadas a partir de uma perspectiva histórica, estabelecendo conexões com sua inserção no sistema capitalista e patriarcal - ancorada na exploração ambiental, econômica e trabalhista. Essas são as bases de problemas estruturais encontrados na região,

como: concentração de renda, informalidade, vulnerabilidade social, racismo, desigualdade de gênero, heteronormatividade e capacitismo.

Os índices de pobreza e pobreza extrema na América Latina<sup>12</sup> alcançavam 33% e 13,1% da população, respectivamente, em 2020, segundo dados da CEPAL. Isso significa que 204 milhões de pessoas não tinham recursos suficientes para cobrir suas necessidades básicas e que, entre elas, 81 milhões de pessoas não tinham recursos para adquirir uma cesta básica de alimentos. Nesse mesmo período, 50% das crianças da região viviam em situação de pobreza<sup>13</sup>. A incidência de pobreza e de pobreza extrema não ocorre de maneira homogênea nos países e afeta principalmente mulheres, pessoas que vivem em zonas rurais, crianças e adolescentes e as populações indígena e negra.

Segundo a plataforma de monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da CEPAL<sup>14</sup>, entre os principais desafios observados na América Latina e no Caribe para o alcance do ODS 5 (Igualdade entre os gêneros e empoderamento de meninas e mulheres), está a manutenção de padrões patriarcais discriminatórios e violentos, que se traduzem em abuso e assédio contra mulheres, violência física e sexual e feminicídios<sup>15</sup>; e a desigualdade material entre homens e mulheres, que se sustenta, entre outros aspectos, em menores salários e oportu-

Foto: Brisbany Pino





nidades de emprego para as mulheres, especialmente para as negras; e na divisão sexual do trabalho que associa o trabalho dos homens ao que é produtivo e remunerado, enquanto às meninas e mulheres é atribuído o trabalho doméstico e de cuidados não remunerados na família e na comunidade.

A CEPAL também indica que os governos da América Latina e do Caribe avançaram nos últimos anos na eleição de mulheres para cargos políticos e na elaboração de instrumentos normativos para erradicar a violência contra as mulheres. Porém, a grande maioria desses países ainda está longe de alcançar a paridade de gênero em espaços políticos, e em outros âmbitos, e urge concretizar as ações que visam eliminar todas as formas de violências contra meninas e mulheres. Nesse sentido, assegurar o exercício de direitos e a autonomia das meninas e mulheres é fator essencial para a erradicação da pobreza, a promoção da igualdade e a construção de paz.

A violência é um desafio comum para a região, que se reflete muitas vezes no âmbito das disputas políticas e dos conflitos sociais, mas não apenas. Observa-se também nas casas, nas escolas etc. A CEPAL aponta como obstáculos da região para a promoção de sociedades justas, pacíficas e inclusivas (ODS 16): a discriminação e as desigualdades, assim como as variadas formas de violência, como a sexual, cultural, social, estrutural e institucionalizada. E aponta como outros desafios regionais: o fechamento de espaços democráticos e níveis muito baixos de confiança no Estado e na democracia; a corrupção; a criminalização do protesto social, da liberdade de expressão e da participação; as detenções arbitrárias por parte de agentes da segurança pública; e a falta de representatividade política e ausência de mecanismos de participação ativa da juventude na tomada de decisões<sup>16</sup>.

No sistema capitalista, patriarcal e racista, há criminalização e violência contra a população mobilizada para defender seus direitos e brutalidade policial e discriminação contra a juventude negra, indígena e periférica. Brasil e Colômbia são dois



Foto: Igor S Miranda de Oliveira

dos países da região com maior população afrodescendente e alto índice de violência racista. No Brasil, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2021, 53% das vítimas de homicídios no país, entre 2009 e 2019, eram jovens com idade entre 15 e 29 anos, das quais 77% eram negras. A taxa de mortalidade entre indígenas, no mesmo período, cresceu 21,6%<sup>17</sup>. Já na Colômbia, onde cerca de 9,34% da população se identifica como afrodescendentes, a organização Temblores identificou 996 atos de violência contra a população negra entre 2017 e 2018<sup>18</sup>.

O Projeto Regional Interpaz busca contribuir para transformar tais contextos de violações de direitos, a partir da abordagem dos conceitos de cultura de paz, igualdade de gênero e participação social. Com esse objetivo, as organizações parceiras implementam metodologias exitosas com crianças, adolescentes e jovens, procurando fortalecer essas pessoas como sujeitas e sujeitos de direitos, para que participem na reivindicação e elaboração de soluções para os problemas que afetam suas vidas e comunidades.

Assim, se por um lado, o contexto regional apresenta marcas profundas e históricas de desigualdades e restrições às liberdades, por outro, **há aposta na resistência, na ação coletiva e no diálogo com crianças, adolescentes e jovens para avançar na construção da paz e na conquista de direitos para todas as pessoas, sem discriminações e violências.**

## 2.1. Cultura de paz e eliminação da violência de gênero: marco conceitual

Em Brasil, Colômbia, El Salvador e Nicarágua, as organizações parceiras do Interpaz aplicam e divulgam práticas e metodologias destinadas a promover o respeito pela diversidade, a promoção do diálogo e o direito a viver sem violência. A paz é inicialmente entendida como um sentimento individual, que é experimentado nas relações interpessoais, e que também é exercido como um direito.

O Interpaz tem como base a cultura de paz como um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e modos de vida que favorecem a coexistência e a partilha baseadas nos princípios de liberdade, justiça, democracia, solidariedade, diálogo, equidade e respeito pela vida, pelos direitos humanos e pelo planeta. É uma abordagem que rejeita a violência e lida com o conflito por meio do diálogo e da negociação entre indivíduos, grupos e nações. Cultura de paz, nessa perspectiva, é um processo positivo, dinâmico e participativo, em que os conflitos são resolvidos num espírito de compreensão e cooperação mútuas<sup>19</sup>.

Nesse sentido, promover uma cultura de paz é um desafio particularmente relevante na América Latina e no Caribe, uma região marcada pela violência e por desigualdades que afetam principalmente determinados grupos populacionais. Crianças, adolescentes e jovens; mulheres; pessoas LGBTQI+; populações negra e indígena; pessoas com deficiência e trabalhadoras e trabalhadores são alguns dos grupos cujos direitos são mais violados em contextos de exclusão econômica e social, exploração, destruição ambiental e discriminação baseada na desigualdade de gênero, orientação sexual, etnia, raça, origem, entre outros fatores.

Assim, a promoção de cultura de paz está diretamente relacionada com as lutas contra as múltiplas formas de violência sustentadas pelo sistema capitalista, patriarcal e racista: a violência dos Estados e dos conflitos armados, a violência contra meninas e mulheres, a opressão racial, o recrutamento e assassinato de adolescentes e jovens por parte de grupos armados, a exploração e os castigos corporais contra crianças, entre outras. Não se pode falar em viver uma cultura de paz sem





justiça social e sem a garantia dos direitos humanos universais, tais como o direito à educação, saúde, alimentação e a viver em um ambiente saudável e seguro.

Seguindo essa linha de pensamento, não se considera que a cultura de paz "esconde" ou elimina a existência de conflitos e divergências. Pelo contrário, o conflito é reconhecido como um componente das relações humanas e dos contextos democráticos e plurais. A resposta a isso não deve ser a violência, mas processos que permitam a transformação desses conflitos por meio do diálogo e do reconhecimento das diferenças. Procurar resolvê-los pacificamente e com base no respeito mútuo incentiva a abertura a novas formas de pensar e a deslegitimação do uso da violência.

O conceito de cultura de paz vai além da ausência de guerra<sup>20</sup> e inclui todas as possibilidades de ação coletiva para prevenir e resolver conflitos, o que implica construir condições de vida dignas para todas as pessoas; curar as memórias coletivas de dor em sociedades afetadas pela guerra civil e por conflitos armados; confrontar as alarmantes taxas de homicídios e feminicídios; e construir possibilidades de reparação que permitam às pessoas recuperar a confiança umas nas outras. É um processo que busca a superação das injustiças e da violência que ocorrem em nível micro e macro nas sociedades, e que caminha ao lado da luta pela transformação das relações cotidianas e das relações de poder.

As relações de poder implicam verticalidade entre duas pessoas ou grupos, aquele que comanda e aquele que obedece, e uma relação amigo - inimigo, que é mediada pela autoridade ou por coerção - num esquema de desigualdade que abre a possibilidade do uso repetido do poder de forma abusiva. Por exemplo, no contexto do patriarcado, predomina a cultura androcêntrica (centrada nos homens), que ergue e legitima a hierarquização do masculino sobre o feminino, e o poder e controle dos homens sobre as mulheres<sup>21</sup>. Por outro lado, existe também a hegemonia da perspectiva adultocêntrica (centrada nas pessoas adultas), que legitima a superioridade e autoridade de adultos e adultos sobre a infância e a adolescência. Assim, a construção da paz requer um compromisso social motivado pela esperança de uma sociedade justa, onde mulheres, meninas e meninos não sejam vistas/os como vítimas, mas como protagonistas na transformação política e cultural necessária para a erradicação da violência machista e adultocêntrica contra as mulheres e a infância.

Cultura de paz é um conceito em permanente construção, que se transforma de acordo com os contextos sociais, econômicos, políticos e culturais. Cada sociedade encontra suas próprias respostas para a paz e sua construção é um desafio que exige o questionamento de conhecimentos prévios e a superação dos padrões culturais patriarcais.

## **Não existe cultura de paz onde persiste a violência de gênero**

Nos países da América Latina e do Caribe, a violência de gênero é uma realidade brutal na vida de muitas meninas, mulheres e pessoas LGBTQI+, que sofrem violência tanto na esfera privada, em casa, como na esfera pública, na rua, na Internet, no trabalho, na vida política e em outros espaços.

Nesse contexto, o compromisso com a eliminação da violência contra as mulheres e as pessoas LGBTQI+ está diretamente ligado à luta pela justiça social. Para meninas e mulheres, a violência está frequentemente entrelaçada a outros fatores de discriminação com base na etnia, raça, classe, educação, deficiência etc., o que se





define como interseccionalidade. Nessa lógica, por exemplo, as jovens mulheres indígenas ou afrodescendentes com dificuldades socioeconômicas sofrem discriminação e violência de formas específicas e intensificadas.

É importante também notar que adolescentes e jovens LGBTQI+ enfrentam o risco de violência em suas casas ou comunidades e são também afetadas e afetados por formas de exclusão, tais como assédio, intimidação, barreiras ao acesso e à permanência na escola, falta de acesso aos serviços de saúde, entre outros.

Tudo isso porque, em nossas sociedades, a discriminação e a desigualdade de gênero são inerentes à estrutura patriarcal que é mantida e transmitida de geração a geração por meio de padrões culturais machistas e da divisão sexual do trabalho, que subordinam e subvalorizam tudo o que está ligado ao feminino e levam à prevalência da heteronormatividade - impondo a heterossexualidade sobre outras orientações sexuais. Esses sistemas de opressão - patriarcado e heteronormatividade - estão interligados e reforçam-se mutuamente (também com o racismo, a opressão de classe e o adultocentrismo), por meio do controle e do domínio sobre meninas, mulheres e pessoas LGBTQI+.

O machismo, como expressão do patriarcado, gera dominação e opressão sobre as mulheres, incluindo a legitimação da violência como instrumento de controle. Os padrões de violência de gênero respondem a um sistema estruturado para o





benefício material e simbólico dos homens, e são assumidos como algo natural e aceito, de forma que meninos, adolescentes, jovens e adultos gozam de privilégios na sociedade pelo simples fato de serem homens.

Para as organizações que compõem o Interpaz, incorporar a questão do gênero aos seus instrumentos didáticos de promoção da paz tem sido um elemento fundamental, mas ao mesmo tempo um desafio, uma vez que implica repensar suas formas de atuação com meninas, meninos, mulheres e homens de diferentes idades, bem como formar suas equipes, transformando os padrões machistas, reconhecendo as desigualdades e agindo para promover relações igualitárias entre meninas/mulheres e meninos/homens, com base em diálogo, respeito e não discriminação.

É verdade que pensar a paz em diferentes países tem a ver com a dinâmica própria de cada contexto - urbano, rural, periférico, entre outros aspectos - mas, em geral, sabe-se que a violência afeta as mulheres e os homens de formas diferentes. Nos territórios, meninos, homens adolescentes e jovens podem ser mais propensos ao recrutamento forçado por grupos armados, ao tráfico de drogas, a sofrer violência policial ou a serem vítimas de assassinatos. As meninas e mulheres, por sua vez, são ameaçadas pela violência machista, violência sexual ou feminicídio.

Atuar e enfatizar a luta por igualdade e equidade de gênero no processo de construção da cultura de paz significa, portanto, reconhecer os impactos para a vida das mulheres e pessoas LGBTQI+ desse sistema que normaliza a violência de gênero e se traduz em violência física, sexual e psicológica, feminicídio, discriminação, misoginia, definição dos papéis que homens e mulheres podem desempenhar na sociedade (e as consequências materiais disso), controle da sexualidade e dos corpos de meninas, adolescentes, mulheres jovens e mulheres adultas, entre outras formas de opressão. Implica também o reconhecimento da desigualdade histórica vivida pelas mulheres e a necessidade de promover políticas públicas que assegurem que meninas, mulheres jovens e mulheres adultas gozem de autonomia e condições de igualdade, exerçam seus direitos como cidadãs e tenham voz e influência na tomada de decisões. Esta construção de paz está centrada na distribuição equitativa do poder, com o objetivo de criar as circunstâncias políticas, sociais e econômicas necessárias para garantir uma paz duradoura nos territórios.





### 3.

# METODOLOGIAS INSPIRADORAS PARA PROMOÇÃO DE CULTURA DE PAZ E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO



As experiências sistematizadas no âmbito do Projeto Regional Interpaz apresentam múltiplos instrumentos e metodologias para abordar a cultura de paz e a não-violência contra meninas, meninos, adolescentes e mulheres jovens e adultas. Há diversidade nas práticas e na forma como estão estruturadas e, considerando as diferentes realidades locais, essas experiências apostam no esporte, na arte e nos processos de formação inspirados na educação popular para proporcionar vivências e fortalecer o pensamento crítico.

Por exemplo, o Futebol de Rua, promovido pela Ação Educativa no Brasil, utiliza a estratégia de mediação de conflitos e o esporte para propiciar o diálogo e desconstruir estereótipos machistas na definição dos papéis que mulheres e homens podem ocupar na sociedade.

A Caixa de Ferramentas de Cultura de Paz desenvolvida pelo MUPI, em El Salvador, promove a formação de professoras/es e educadoras e educadores sociais para encorajar a reflexão crítica sobre os padrões que naturalizam a violência, fomentando o diálogo e procurando assegurar que as relações com crianças e

Foto: Brisbany Pino



adolescentes sejam baseadas em respeito, não-violência e cooperação. A Caixa de Ferramentas sobre Memória Histórica, também uma iniciativa do MUPI, oferece guias pedagógicos e formação para professoras/es, equipes ministeriais, comunidades, educadoras/es e organizações da sociedade civil (por exemplo, associações de veteranas e veteranos de guerra), com o objetivo de lhes fornecer ferramentas para a análise crítica do passado e estimular transformações positivas no presente, ligando a memória ao reconhecimento dos direitos humanos e à defesa de sociedades democráticas.

A experiência com a Pesquisa-Ação Transformadora, implementada pelo CESESMA, na Nicarágua, reforça o papel de liderança das crianças, adolescentes e jovens no debate e nos processos de incidência política sobre questões que afetam suas comunidades. No desenvolvimento do projeto de Pactos Comunitários, o CESESMA incentiva o diálogo intergeracional entre crianças, adolescentes, jovens e pessoas adultas na formulação de compromissos para prevenir a violência contra crianças e mulheres. Em outras palavras, meninas, meninos e adolescentes, em relações de igualdade e horizontalidade com pessoas adultas, cooperam no processo de construção de soluções para o problema da violência.

Por sua vez, a Escola Popular de Gênero e Formação Sociopolítica, realizada pela Corporación Amiga Joven, na Colômbia, implementa estratégias pedagógicas de construção de paz nos territórios a partir da prevenção da violência sexual, com enfoque em gênero, paz e direitos humanos e interseccionalidade, abordando com crianças, adolescentes, mulheres, e também homens jovens, os temas de direitos humanos, igualdade, justiça de gênero, não discriminação e masculinidades não hegemônicas, entre outros eixos de formação, com vistas à transformação socio-cultural dos seus contextos.



### 3.1. Futebol de Rua: Criação de espaços seguros e de diálogo



A Ação Educativa, em parceria com a Fundación Fútbol para el Desarrollo (FuDe) e com o apoio de terre des hommes Alemanha, iniciou, em 2013, a implementação da metodologia do Futebol de Rua nas periferias de São Paulo, Brasil, junto a movimentos e organizações sociais que atuam na garantia dos direitos humanos.

Também chamado Fútbol Callejero, em espanhol, nome com o qual foi criado em suas primeiras experimentações na Argentina, o Futebol de Rua transforma diversas regras do esporte tradicional, tão praticado no Brasil e na América Latina, e aproveita seu potencial de mobilização e socialização para aplicá-lo na construção de espaços favoráveis à resolução não-violenta de conflitos, à organiza-

ção comunitária e à reflexão coletiva sobre temas relevantes, como a discriminação racial e de gênero, as desigualdades, o incentivo ao diálogo e ao respeito, entre outros.

A prática é realizada sempre com equipes mistas de mulheres e homens e as regras são definidas coletivamente com base em três eixos: cooperação, solidariedade e respeito. Há o papel fundamental de uma pessoa mediadora do jogo, no lugar de um árbitro ou árbitra, que tem a incumbência de direcionar a prática e incentivar o debate em torno da não discriminação, do respeito à diversidade e da escuta.

São organizados polos de Futebol de Rua, constituídos em parceria com organizações comunitárias locais, que oferecem estrutura para os encontros, enquanto a Ação Educativa realiza os processos formativos de mediadoras/es.

Buscando dar protagonismo às mediadoras e mediadores do Futebol de Rua, que são jovens educadoras e educadores sociais, muitas vezes ex-participantes da prática, a Ação Educativa mantém desde 2015 a Rede Paulista de Futebol de Rua para estimular a prática nos territórios, com o envolvimento de crianças, adolescentes e jovens e em parceria com as organizações locais. A articulação dessa rede favorece a formação contínua e os encontros de intercâmbio entre mediadoras e mediadores de diferentes polos para aprimoramento constante da aplicação da metodologia e fortalecimento mútuo.

A Ação Educativa desenvolve dois projetos com foco no Futebol de Rua: o primeiro ligado à Rede Paulista de Futebol de Rua, que conta com 17 polos situados na Capital e em cidades do interior do Estado de São Paulo, com a participação de mais de 800 crianças, adolescentes e jovens. O segundo é o Projeto Regional Interpaz, que expandiu a prática para outros três estados brasileiros (Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte), com polos formados por migrantes, quilombolas, pessoas LGBTQI+ e crianças e adolescentes.

#### APLICAÇÃO NOS TERRITÓRIOS



A prática do Futebol de Rua tem sido usada para criar espaços seguros e fortalecer laços de confiança que estimulem o diálogo sobre temas ligados a cultura de paz e

igualdade de gênero, com crianças, adolescentes e jovens que vivem em situações de vulnerabilidade social em que a violência pode atravessar todas as relações: nas famílias, no bairro, na escola e na comunidade. Em comunidades periféricas rurais ou urbanas, há diferentes níveis de violações de direitos e a violência, muitas vezes, soma-se à exclusão, à pobreza, à discriminação racial e à ausência de perspectivas e oportunidades.

“ O público do Futebol de Rua é bastante diverso. Há semelhanças, relacionadas aos contextos de vulnerabilidade em que essas pessoas estão, mas os cenários são bastante diferentes a depender da região e do grupo com que atuamos. Temos grupos formados por crianças, jovens, quilombolas, migrantes, homens trans, mulheres lésbicas... são pessoas que enfrentam a falta de oportunidades, de trabalho, de comida, e que também sofrem pelo fato de vivermos em um país racista, homofóbico, xenófobo. Nos polos de Futebol de Rua participam muitas pessoas negras, que vivem nas periferias e são submetidas a diversas formas de violências. ”

**MARÍLIA FROIS,**  
coordenadora de Projetos  
da Ação Educativa e do  
Interpaz no Brasil.

## ABORDAGEM SOBRE GÊNERO E CULTURA DE PAZ

O Brasil tem um histórico de governos autoritários, violações de direitos e uma profunda desigualdade social, que é marcada por diversas situações de discriminação e violência, entre as quais saltam aos olhos os números de assassinatos de jovens negras/os, especialmente que vivem nas periferias, e os dados de violência de gênero, incluindo feminicídios e assassinatos de pessoas LGBTQI+.

Nesse país, o futebol é o esporte mais praticado e amado por pessoas de diversos espaços, raças, religiões, etnias, gêneros, comunidades e classes sociais. É uma das formas mais comuns de lazer e socialização de crianças e jovens que vivem em bairros e comunidades de áreas periféricas, onde muitas vezes o maior sonho de meninos e meninas é jogar futebol profissionalmente.

Por outro lado, é um esporte historicamente dominado por homens e associado à masculinidade. No Brasil, por exemplo, as mulheres foram proibidas por lei de jogar futebol durante 38 anos, de 1941 a 1979.

Nesse cenário, a Ação Educativa considera que o Futebol de Rua é uma metodologia inclusiva e democrática, que possibilita formar as pessoas de maneira integral para a prevenção da violência e a igualdade de gênero, criando oportunidades para que meninas e mulheres possam escolher seus projetos de vida e ser protagonistas da construção de sua história, seja ela no futebol, ou não.



“ A equipe mista no Futebol de Rua é muito importante porque possibilita a participação de pessoas trans, a participação das meninas, e que meninas e meninos joguem juntos. Assim, há abertura para promover uma discussão sobre gênero com os meninos, que não chegaria até eles de outra forma. Outra questão é que muitas vezes, nos jogos, as mulheres não recebem a bola dos meninos. É algo muito marcante nos diversos locais onde realizamos a prática. Às vezes, as próprias meninas falam sobre esse problema, os mediadores nem precisam indicar. Também, para as meninas que buscam o futebol profissional, a experiência traz para elas algo que ultrapassa o jogo, para que elas consigam se ver nesse lugar de mulheres com direitos na sociedade. ”

**MARÍLIA FROIS,**  
coordenadora de Projetos  
da Ação Educativa e do  
Interpaz no Brasil.

## CONHECENDO A METODOLOGIA

Elementos que caracterizam o Futebol de Rua e o diferem do futebol tradicional:

- 
- 1.** As partidas são sempre mistas (integradas por meninos-homens e meninas-mulheres), ou apenas por meninas-mulheres;
  - 2.** O jogo se organiza em 3 tempos:
    - No primeiro, são combinadas as regras de maneira coletiva, tendo sempre como pano de fundo os três pilares: cooperação, respeito e solidariedade.
    - No segundo tempo, a bola rola: meninas e meninos jogam juntos e, em vez de árbitra/o, temos uma pessoa mediadora.
    - No terceiro tempo é hora de conversar: as pessoas participantes são estimuladas pela mediação a analisar o que aconteceu durante o jogo, destacando as eventuais situações de conflito e os combinados estabelecidos no primeiro tempo. Em seguida, cada um dos três pilares - respeito, cooperação e solidariedade - é analisado para definir a pontuação das equipes em cada categoria. Além disso, soma-se também 1 ponto ao time que fez mais gols.

No terceiro tempo, que é o momento da reflexão coletiva, vão aparecendo questões que podem ser abordadas na perspectiva da cultura de paz e da igualdade de gênero, sempre com base na condução atenta e preparada da pessoa que faz a mediação. Essas conversas desenvolvem a prática da escuta, da argumentação e a disposição a chegar a acordos. Nesse espaço seguro, crianças, adolescentes e jovens trocam sentimentos e opiniões, que podem gerar novas reflexões e mudanças de comportamentos.

- 3.** O jogo não tem árbitro, mas sim, uma pessoa mediadora, que atua nos três tempos conduzindo a prática e o aprendizado das/os participantes em relação à aplicação dos três pilares mencionados e à abordagem da resolução não-violenta de conflitos e da não discriminação por raça ou gênero, à medida que essas situações se apresentam.



4. As pessoas que atuam como mediadoras recebem da Ação Educativa formações virtuais contínuas sobre cultura de paz, gênero, cooperação, bem como outras temáticas de direitos humanos. São oferecidas duas formações por mês: uma teórica para representantes das organizações parceiras e mediadoras/es da rede, e outra com conteúdo prático para cada polo de Futebol de Rua. Além disso, os grupos mantêm com a Ação Educativa intercâmbio permanente por WhatsApp, e outros canais de comunicação, e são oferecidas formações complementares em temas como captação de recursos e elaboração de projetos para editais.

### PASSO A PASSO: COMO IMPLEMENTAR?

Compartilhamos a seguir cinco pontos iniciais para utilizar essa metodologia:

1. Análise do contexto e da realidade local para planejar parcerias, formar mediadoras/es e organizar a prática. É fundamental proporcionar um espaço seguro e aberto ao diálogo e ao respeito, em que as crianças, adolescentes e jovens sejam ouvidas/os e consigam se posicionar, fazendo parte da construção do projeto.
2. Articulação com alguma entidade local que trabalhe com infância e juventude para oferecer credibilidade e suporte para parcerias com a comunidade, bem como o apoio mínimo para a realização de reuniões e a convocatória de crianças, adolescentes e jovens. Essa entidade base pode também ser uma escola pública, caso esse tipo de parceria não encontre barreiras burocráticas.
3. Respeito à diversidade de gênero, de raça, de orientação sexual, enfim, de todas as diversidades que houver em sua localidade.
4. Construção do projeto com a comunidade local e adoção da metodologia do jogo em três tempos, que permite a construção de regras de maneira participativa e coletiva, além de abordar com as/os participantes outras temáticas relacionadas a violência, participação, racismo, diversidade e igualdade de gênero, de acordo com as necessidades de cada contexto.
5. A partir daí, é só chamar as/os jovens, adolescentes, crianças, e partir para a prática.

O Futebol de Rua depende de uma boa atuação de mediadoras e mediadores. Por isso, essas pessoas devem estar em formação permanente, tanto sobre a aplicação da metodologia, como em relação aos conceitos de cultura de paz, equidade de gênero, questão racial, participação e direitos de crianças, adolescentes e jovens etc.

Além disso, é importante que as pessoas que são mediadoras e mediadores sejam da própria comunidade em que o Futebol de Rua é praticado.





## SUGESTÕES VALIOSAS DE QUEM APLICA A METODOLOGIA

- 1** É fundamental ofertar local e material esportivo (chuteiras, bolas etc.) que permitam a prática dessa modalidade. No caso de mediadoras e mediadores, é desejável disponibilizar bolsas que incentivem a participação dessas pessoas no projeto, permitindo que disponham de tempo e recursos para somar-se aos processos formativos e para organizar as partidas. Isso porque, infelizmente, mediadoras e mediadores adolescentes e jovens acabam não participando ou abandonando o Futebol de Rua pela necessidade de trabalhar para ajudar financeiramente suas famílias e para o próprio sustento.
- 2** Muitas vezes, o Futebol de Rua é implementado como contraturno ao ensino regular: é importante incentivar e estimular que adolescentes e jovens permaneçam estudando, para além de sua participação no projeto.
- 3** A metodologia do Futebol de Rua pode ser utilizada para outras práticas esportivas ou atividades em grupos, desde que mantendo os três pilares, os três tempos e o papel da pessoa mediadora.

### POR QUE A EXPERIÊNCIA É TRANSFORMADORA?

As transformações e os resultados positivos alcançados são observados não apenas nas histórias de vida das pessoas que praticam a metodologia, mas ecoam nas comunidades. Mais que um projeto para a convivência pacífica, a construção de relações igualitárias entre os gêneros e a abertura de espaços de confiança, trata-se de uma iniciativa que incentiva o exercício da cidadania, a participação e o papel de liderança entre crianças, adolescentes e jovens, que se tornam multiplicadoras/es da prática e levam os conceitos, aprendizados e valores do Futebol de Rua para a vida.

Foto: Igor S Miranda de Oliveira



## “ Não foi só uma transformação na quadra, mas no entorno

A prática do Futebol de Rua não trata de alto rendimento e resultados da partida, mas sim, de levar ensinamentos para a vida, para a família. A prática ensina a criança ou jovem a ser mais comunicativo, menos agressivo, mais criativo.



Quando comecei na prática, houve resistência por parte dos meninos por eu ser uma mulher mediando uma oficina de futebol. Havia também resistência de algumas famílias em deixar as meninas praticarem o futebol. Mas, você vai plantando sementinhas... Aos poucos, as crianças e jovens passaram a debater tudo, até na hora de comer algo no refeitório. Queriam participar e conversar sobre tudo. Organizaram até mesmo assembleias para definir o uso compartilhado da quadra.

Com o tempo, as crianças também começaram a falar sobre o bairro em que estavam. Havia muito lixo na rua e fizemos uma ação em que as crianças iam conhecendo áreas do bairro e recolhendo o lixo. Vemos resultados de cidadania. Eles entendem a importância do que fazemos e querem devolver isso para a comunidade.

A prática do Futebol de Rua possibilita que a pessoa se sinta confortável para se expressar. Esse respeito pela fala das crianças e jovens lhes dá força, e a fala tem poder. Isso gera autonomia e capacidade de ouvir e respeitar.

Como educadora social e participante do projeto, passei a saber ouvir, absorver, ver detalhes, ver a expressão de quem está me ouvindo e alcançar essa pessoa. É um aprendizado valioso. Ser professora antes para mim era conhecer o conteúdo, 'dar conta de um tema'. Hoje eu entendo que é saber ouvir e ter muita paciência. Ser educadora exige sempre pensar, ter uma pergunta atrás da outra, estimular a busca por respostas.

Com o Futebol de Rua, também me senti preparada para abordar conceitos como igualdade de gênero, por exemplo. Antes não encontrava palavras, leituras e, estando nas formações, fui ganhando confiança e conhecimento para falar sobre esses temas.

Em uma das formações oferecidas pela Ação Educativa, conheci um projeto de futebol voltado para mulheres, o Instituto Esporte Mais (IEMais). Foi então que me convidaram para trabalhar como educadora social nesse instituto. Meu sonho é continuar nessa profissão e criar uma rede cearense de Futebol de Rua.

**MAYRA SILVA**, 27 anos, mediadora de Futebol de Rua e educadora social no Instituto Esporte Mais (IEMais) no município de Fortaleza, estado do Ceará.

## PARA APROFUNDAR

### Futebol de Rua: teoria e prática

O documento detalha a metodologia do Futebol de Rua e dá orientações sobre como aplicá-la, incluindo os principais aprendizados, desafios e resultados obtidos pelas Ação Educativa ao desenvolver essa experiência.

Acesse em:

[bit.ly/futebol-de-rua](https://bit.ly/futebol-de-rua)



### Futebol e Cultura: Práticas de futebol colaborativo e solidário

Este guia retrata oito experiências em que a prática de futebol é uma importante ferramenta para desconstruir preconceitos e enfrentar as desigualdades de gênero, que afetam meninas, mulheres e pessoas LGBTQI+.

Acesse em:

[bit.ly/futebol-colaborativo](https://bit.ly/futebol-colaborativo)



## 3.2. Caixa de Ferramentas de Cultura de Paz: Metodologias para apoiar a prevenção da violência



O Museo de la Palabra y la Imagen (MUPI), que atua em San Salvador, El Salvador, desde o fim da guerra civil nesse país (1980-1992), começou o seu trabalho com base nos registros e memórias desse conflito. Alguns grupos haviam guardado fotografias, revistas e jornais na esperança de que, ao final da guerra, pudessem ser apresentados às novas gerações. A ideia se expandiu gradualmente e o museu se tornou um espaço de reflexão sobre memória, cultura e direitos humanos.

Em 2014, com o apoio de terre des hommes Alemanha, o MUPI começou a promover projetos relacionados à memória histórica e à promoção de uma cultura de paz. Assim, foram desenvolvidas metodologias participativas para educadoras e educadores, bem

como para crianças, adolescentes e jovens, com o objetivo de criar espaços seguros e promover a resolução não-violenta de conflitos em contextos educativos.

Em 2015, o MUPI começou a implementar o projeto Escuelas de Paz (Escolas de Paz, em português), dedicado à realização de oficinas criativas para reforçar a cultura de paz nas escolas públicas. Do mesmo modo, verificou-se a necessidade de desenvolver a formação de professoras e professores, a fim de que tivessem ferramentas e conhecimentos que lhes permitissem abordar questões ligadas à cultura de paz e aos direitos humanos com as/os estudantes, ajudando assim a estabelecer relações baseadas em respeito, solidariedade e convivência pacífica.

Para essas formações com educadoras/es e estudantes, o MUPI utilizava o manual "Seja autêntico, não violento", produzido por autoras/es da Europa com o apoio de tdhA. Contudo, viu-se a necessidade de desenvolver uma Caixa de Ferramentas que contextualizasse os conteúdos e práticas de acordo com a conjuntura salvadorenha e centro-americana, além de colocar maior ênfase nas questões da violência de gênero, desigualdade de gênero, abuso e assédio sexual, e cyberbullying. Essas problemáticas estão muito presentes nos espaços educativos de El Salvador e foram consideradas necessárias por educadoras/es que participam das formações.

No âmbito do Interpaz, o MUPI desenvolveu, então, a Caixa de Ferramentas de Cultura de Paz, que contém dois manuais, um teórico e outro prático, que podem ser utilizados para abordar esses assuntos em aulas e oficinas. A Caixa contém também uma história em quadrinhos e fichas de atividades que podem ser aplicadas em oficinas criativas e artísticas com crianças e adolescentes. Esses materiais foram desenvolvidos com inspiração no manual "Seja autêntico, não violento", acima mencionado.

### IMPLEMENTAÇÃO NOS TERRITÓRIOS

As formações do MUPI são destinadas a professoras/es que trabalham em escolas, bem como a educadoras/es que trabalham em organizações da sociedade civil e em projetos sociais em comunidades que se encontram em situação de vulnerabilidade.



“ Participam da formação docentes do sistema público, que vêm no seu tempo livre, e trabalhadoras/es ou educadoras/es de organizações não governamentais e estudantes de trabalho social que querem aprender metodologias alternativas para melhorar a sua relação com seus estudantes. A maioria do nosso público é atualmente constituída por mulheres. ”

**CLAUDIA ANAY GARCIA,**  
educadora do MUPI e  
coordenadora do Interpaz  
em El Salvador.

### ABORDAGEM SOBRE GÊNERO E CULTURA DE PAZ

Mais de 70.000 pessoas foram mortas na guerra civil de El Salvador. Um processo de mediação pôs fim ao conflito armado, e o MUPI tem um arquivo significativo desse capítulo da história salvadorenha. O objetivo da exposição desses registros é mostrar que o conflito é uma situação que não se quer ver repetida. Mas, qual é o oposto dessa situação?

As pessoas que realizam e coordenam as ações pedagógicas do museu observavam que se dizia que era importante fomentar a cultura de paz porque isso permitiria a construção de um país mais justo, mas não se explicava ao público em que isso consistia. Nesse contexto, a equipe se fez a seguinte pergunta: como promover cultura de paz por meio do trabalho com estudantes num país em que as “pandillas” (gangues) dominam muitas escolas e não é possível falar abertamente sobre prevenção da violência e cultura de paz porque a estrutura dessas gangues considera que isso “coloca em risco” suas ações?



A resposta veio com a análise do conceito e dos valores de cultura de paz propostos pelas Nações Unidas (ONU)<sup>22</sup>. No entanto, verificou-se que essa abordagem não deveria estar ancorada numa visão teórica, mas numa vivência para que estudantes pudessem experimentar, em suas relações, respeito, solidariedade, cooperação, trabalho em equipe, diálogo e aceitação das diferenças.

Foi assim que surgiram inicialmente as oficinas criativas, espaços que promovem práticas de habilidades criativas, nos quais esses valores são fomentados e vividos por crianças e adolescentes, sem a necessidade de serem nomeados como tais. Subsequentemente, esses conceitos foram também abordados nas sessões de formação com educadoras e educadores para que pudessem ser multiplicadoras/es dessas e de outras metodologias para uma cultura de paz.

Em El Salvador, bem como em toda a América Latina e o Caribe, a violência e a discriminação andam de mãos dadas com as desigualdades, que se manifestam em diversas áreas, tais como o acesso à educação, à tecnologia e outras. As meninas e mulheres continuam vivendo em desvantagem em relação aos meninos e aos homens, e as situações de discriminação e violência estão profundamente enraizadas em práticas culturais baseadas numa visão patriarcal, machista e excludente. Assim, para o MUPI, abordar uma cultura de paz com perspectiva de gênero implica não só considerar os seus valores, mas também as lutas e reivindicações das mulheres.



“ As professoras e professores que participaram de nossas atividades queriam ver mais ênfase na questão das desigualdades de gênero nas formações e guias. O cyberbullying, com a pandemia, tornou-se também uma questão realmente séria e urgente para as educadoras e educadores, tanto nas escolas privadas como públicas. A nossa intenção é fornecer informação às pessoas adultas sobre como identificar a violência e o que fazer em relação ao problema. Além disso, queríamos tornar visíveis as situações de bullying nas escolas, que são frequentemente praticadas pelos próprios professores, fazendo com que as pessoas percebessem que essas situações não podem ser naturalizadas. ”

**CLAUDIA ANAY GARCIA,**  
educadora do MUPI e  
coordenadora do Interpaz  
em El Salvador.

## CONHECENDO A METODOLOGIA

A formação sobre o manual "Seja autêntico, não violento" abrange 33 atividades que podem ser aplicadas com crianças e adolescentes (entre os 6 e 12 anos de idade). Há nove sessões presenciais com professoras/es, educadoras e educadores sociais sobre cultura de paz, realizadas uma vez por semana na sede do MUPI, cada uma com duração de quatro ou cinco horas. As reuniões começam com um almoço conjunto, ou com uma dinâmica para criar laços e relações de confiança. Os encontros são espaços de aprendizagem, mas também uma troca de vivências sobre o tema. As sessões têm uma primeira parte teórica, uma pausa para o lanche, e uma segunda parte com exercícios práticos, incluindo a leitura de histórias em quadrinhos relacionadas ao tema, troca de experiências, reflexões e relaxamento.

As aulas terminam sempre com uma proposta de tarefas a serem realizadas e apresentadas na reunião seguinte. Entre as tarefas propostas, as e os participantes são convidadas/os a escolher quatro tópicos para preparar sequências didáticas, explicando como esperam desenvolvê-las e apresentando evidências de como aplicaram e quais foram os resultados da experiência.

Nas formações utilizando a Caixa de Ferramentas de Cultura de Paz, desenvolvida no âmbito do Interpaz, o MUPI segue essa mesma metodologia.

## ABRA A CAIXA

### Materiais da Caixa de Ferramentas de Cultura de Paz

- **História em quadrinhos:** "As novas aventuras de Papui, Dragui e Algomais" contém três histórias que contam as experiências de crianças e adolescentes que são afetadas/os por diferentes tipos de violência num país da América Central. Suas histórias abordam a violência contra meninas e mulheres adolescentes, o abuso sexual na infância e o cyberbullying, procurando ajudar crianças e adolescentes a ficarem informadas/os, e a saberem como agir em diferentes situações de violência, exercendo seus direitos.



- . **Manual teórico:** inclui conceitos básicos de modo que educadoras e educadores possam aprender sobre cada conteúdo com referências bibliográficas.
- . **Manual prático:** um passo a passo sobre como introduzir essas questões, conduzir a reflexão e concluir a atividade, permitindo às crianças e adolescentes aprenderem o que fazer se tiverem uma experiência semelhante. Inclui anexos que podem ser utilizados nas atividades.
- . **Fichas de atividades:** conteúdo para apoiar a implementação de oficinas criativas com crianças, adolescentes e jovens, bem como a criação de espaços livres de violência nas escolas, por meio do ensino de cinco modalidades artísticas: música, batucada, fotografia, serigrafia e desenho-pintura.

### PASSO A PASSO: COMO IMPLEMENTAR?

Para quem deseja utilizar a Caixa de Ferramentas de Cultura de Paz, compartilhamos as seguintes recomendações:

1. É importante estar ciente de que, sempre que há interação entre as pessoas, existe um potencial de conflito, o que é uma parte da vida. O problema não é o conflito, mas a forma como tentamos resolvê-lo - muitas vezes com violência.
2. A Caixa de Ferramentas deve inspirar a promoção e a vivência de valores como a solidariedade, o respeito, a aceitação das diferenças, a não discriminação, a empatia, a autoestima e o trabalho em equipe.
3. É necessário ler os materiais da Caixa, compreender que o processo se destina a proporcionar vivências e ter como base a educação popular, movimentando o corpo, as emoções, os sentimentos, as memórias e os pensamentos das e dos participantes.
4. O método visa tirar educadoras/es e participantes da rigidez da educação formal, e promover espaços mais participativos, onde as informações, opiniões e experiências das pessoas sejam incorporadas ao processo.
5. A Caixa de Ferramentas é aplicável a diferentes contextos e realidades, mas para utilizá-la, é aconselhável capacitar as equipes de formação e reforçar sempre os conceitos dos materiais. É essencial buscar uma formação teórica e prática contínua para adquirir novos conhecimentos e ferramentas.
6. Para as educadoras e educadores, o autocuidado é essencial, uma vez que os grupos de estudantes frequentemente contam suas histórias e sofrimentos, que muitas vezes estão fora das mãos da pessoa facilitadora da formação. Como educadora e educador, é necessário reconhecer que existe um limite para o que se pode fazer, e que não se podem forçar processos. O objetivo é fornecer ferramentas para as pessoas reconhecerem seus direitos e poder orientá-las se precisarem de apoio.
7. Os processos formativos devem ser adaptados a cada realidade. Por exemplo, nas escolas afetadas pela violência das gangues, onde há estudantes que são membros ou filhas/os de membros das gangues, é um risco abordar abertamen-



te a cultura da paz. Assim, é muitas vezes necessário trabalhar com estudantes sem explicitar o que está sendo feito, mas estimulando mudanças de práticas e novas formas de relacionamento.

## POR QUE A EXPERIÊNCIA É TRANSFORMADORA?

As e os participantes dizem que a formação em cultura de paz gera bons resultados e permite experimentar métodos que são de fato aplicáveis e vivenciais. Observa-se grande motivação entre as/os professoras/es participantes e, desde 2015, quando se deu início a esse trabalho, houve poucas deserções. As pessoas que experimentam as ferramentas didáticas dizem que a metodologia é eficaz na criação de ambientes educacionais pacíficos e seguros, uma vez que observam mudanças em suas próprias atitudes e nas relações com outras pessoas. Entre professoras/es e estudantes, pouco a pouco, há um sentimento de tratamento mais humano e o padrão de gritos, agressões etc., é quebrado. São capazes de vivenciar o processo de aprendizagem, e é aí que começa a mudança.



Foto: Claudia Anay García



## “ Com estas metodologias, o comportamento das meninas, meninos e adolescentes melhorou

A comunidade 6 de Mayo, onde trabalho desenvolvendo oficinas socioeducativas com crianças e adolescentes entre os 3 e 17 anos de idade, é considerada uma zona vermelha, de alto risco. Aqui, as e os estudantes experimentam várias situações de frustração, comportamento agressivo, maus-tratos e, como resultado, são muito agressivos.

Planejei realizar minha primeira oficina com as metodologias que aprendemos no MUPI com crianças dos 3 aos 5 anos de idade, na qual cantamos, brincamos, e depois analisamos as aventuras contadas nas histórias em quadrinhos. Por meio dessas histórias, identificamos muitas situações de violência que ocorrem na comunidade. A atmosfera de confiança que é criada lhes permite dividir suas experiências, fazer perguntas e estar confiantes de que podem contar conosco, educadoras.

Gosto das técnicas dos manuais e de como podem ser adaptadas a pessoas de diferentes idades. As formações do MUPI me ensinaram a desenvolver empatia e que é muito importante observar mudanças de humor, comportamento e aparência das crianças e adolescentes, uma vez que podem estar sofrendo com algo.

Todo o processo de formação foi muito participativo e o fato de partilhar com outras e outros participantes, aprendendo sobre as suas experiências, foi muito enriquecedor e me ajudou muito em meu trabalho.

Após a aplicação dessas metodologias, o comportamento violento de crianças e adolescentes diminuiu e o tempo que temos com eles é mais bem aproveitado. Com meninas e meninos dos 7 aos 10 anos, também abordamos a questão de como lidar com as provocações, dramatizando as situações e procurando alternativas. O interessante é que por meio do exercício eles identificam que conscientemente não querem praticar violência e sentem vergonha. Eles próprios analisam que seria possível replicar comportamentos não violentos na comunidade e na escola se as pessoas refletissem sobre a questão. O que inspiramos nessas meninas e meninos é algo que irá promover a mudança no futuro. A curto prazo, mudam os seus comportamentos e, a longo prazo, levam esses comportamentos para a família.



**BRENDA XIOMARA LÓPEZ PÉREZ**, 26 anos, vive na região de San Pedro, tem licenciatura em Trabalho Social pela Universidade de El Salvador e atua como educadora social na Asociación Azul Originario.



## PARA APROFUNDAR

### Caixa de Ferramentas de Cultura de Paz

Acesse o conteúdo completo da Caixa:

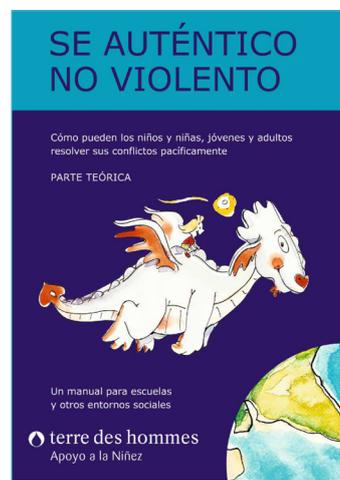
[bit.ly/caixa-cultura-paz](https://bit.ly/caixa-cultura-paz)



### Manual Sé auténtico, no violento

Acesse em:

<https://peace-manual.org/es/descarga-el-manual>



### Entrevista com adolescentes participantes das oficinas criativas

Leia aqui:

[bit.ly/talleres-creativos](https://bit.ly/talleres-creativos)

TEXTO EM  
NOSSO SITE



### 3.3. Caixa de Ferramentas sobre Memória Histórica: Sensibilização e reflexão para uma cultura de paz



O Museo de la Palabra y la Imagen (MUPI) começou seu trabalho em 1994 a partir dos registros e memórias da guerra civil em El Salvador (1981-1992)<sup>23</sup>. Desde as suas origens, tem mencionado a construção de paz como tema constante das suas exposições, apresentando a "crueldade da guerra" e estimulando a população a compreender que o conflito é uma situação que não deve ser repetida. Mas, a que mais deveria aspirar a sociedade salvadorenha após o cessar-fogo?

Com essa questão em mente, a equipe educativa do MUPI se deu a tarefa de pensar sobre cultura de paz e como ela se conecta à memória histórica. Nesse caminho, propôs que a memória permite refletir sobre o

passado conflituoso, as décadas de regime autoritário, as circunstâncias que conduziram à guerra e como isso influencia o atual contexto sociopolítico daquele país. Assim, com o apoio de terre des hommes Alemanha, desde 2013, o MUPI começou a promover projetos sobre memória histórica e promoção de cultura de paz, e desenvolveu metodologias participativas inspiradas na educação popular para explicar o conceito de memória histórica, refletindo sobre o seu potencial para promover a análise do passado e fomentar transformações positivas no presente. Também abordou a sua ligação com o reconhecimento dos direitos humanos e a defesa de sociedades plurais, democráticas e equitativas.

Essas atividades foram inspiradas por projetos do Instituto Internacional de Aprendizaje para la Reconciliación Social (IIARS), uma associação civil da Guatemala que aborda os problemas enfrentados nesse país no contexto da reconciliação social posterior ao conflito armado<sup>24</sup>. Esse instituto desenvolveu uma Caixa de Ferramentas para professoras e professores trabalharem questões relacionadas com a memória histórica do conflito guatemalteco.

Com base nessa ideia, o MUPI decidiu desenvolver uma Caixa de Ferramentas sobre Memória Histórica, que lhe permitisse abordar o assunto com docentes do sistema formal, educadoras e educadores sociais, técnicas e técnicos do serviço público, e veteranas e veteranos de guerra em El Salvador. O objetivo é que estas pessoas tenham à mão guias que facilitem a organização de oficinas, debates e aulas para multiplicar os conhecimentos sobre essas questões em sua atuação profissional, ou no trabalho que realizam em associações ou grupos comunitários.

A Caixa contém conceitos e fichas de atividades e visa abordar temas históricos de uma forma atrativa. Seu conteúdo permite analisar a realidade atual e o passado, estimulando as novas gerações a se verem nessas memórias, e a aprenderem e refletirem sobre elas.

## IMPLEMENTAÇÃO NOS TERRITÓRIOS

As formações realizadas pelo MUPI sobre memória histórica destinavam-se inicialmente a docentes, educadoras/es, bem como ao pessoal da administração pública ou ex-combatentes de guerra, sejam ex-soldadas/os ou ex-guerrilheiras/os. No entanto, podem ser aplicadas a diferentes públicos e em diferentes contextos em que existem conflitos sociais, violência, histórias de guerra ou situações de opressão.

No contexto do Interpaz, por exemplo, foi realizada uma formação na comunidade rural de Santa Marta, habitada por pessoas que se refugiaram da guerra civil em Honduras e mais tarde voltaram ao seu território, localizado na fronteira entre El Salvador e Honduras. As lideranças pediram apoio ao MUPI para implementar essas formações na sua comunidade, onde convivem três gerações: a que viveu durante a guerra, suas filhas e filhos adultos/os, e adolescentes entre 13 e 16 anos de idade. A comunidade quer instalar um museu comunitário em seu território e trabalhar a memória histórica para fortalecer as suas lutas comunitárias.

“ No caso dos veteranos organizados, a nossa intenção é oferecer-lhes ferramentas para que possam trabalhar essas temáticas em suas associações. A população veterana e a que fez parte da guerrilha têm frequentemente um sentimento de culpa muito forte. Muitos acreditam que deveriam ter morrido para que outros pudessem viver. Nesse contexto, procuramos criar dinâmicas que permitam curar esse luto ou esse sentimento de fracasso. Também queremos que aprendam a reconhecer os seus sentimentos e a expressá-los de uma forma saudável e positiva. ”

**CLAUDIA ANAY GARCIA,**  
educadora do MUPI e  
coordenadora do Interpaz  
em El Salvador.

## ABORDAGEM SOBRE MEMÓRIA HISTÓRICA, CULTURA DE PAZ E GÊNERO

El Salvador é um território localizado na América Central, que tem uma história cheia de diferentes tipos de violência em várias esferas: desde os lares onde as pessoas adultas “corrigem ou ensinam” gritando e batendo, passando pelas escolas que não permitem que meninas e meninos expressem as suas opiniões, até a repressão governamental devido às diferenças de pensamento.

A história da violência nos tempos contemporâneos é marcada pela guerra civil, mas vai além disso, e ainda hoje se expressa em três pontos principais: a concentração da riqueza, a concentração da terra e a falta de espaços para uma verdadeira participação política da população.

A guerra deixou mais de 70.000 pessoas assassinadas e mais de 29.000 desaparecidas, bem como um país polarizado. Embora os acordos de paz tenham alterado algumas questões, as verdadeiras causas do conflito, relacionadas com a exclusão

econômica e social e a falta de direitos garantidos para alguns setores da população, não foram superadas e ainda hoje geram problemas, tais como a existência de gangues e a limitação de espaços ou possibilidades para que a sociedade civil se organize e o Estado responda às suas necessidades.

A violência sexual no país também pode ser abordada de um ponto de vista histórico, bem como a violência contra as pessoas migrantes e a violação dos direitos desses e de outros grupos da sociedade. A memória é entendida como um elemento necessário para promover uma cultura de paz e a superação de um sistema desigual, patriarcal e machista, pois permite analisar um passado tristemente violento e promover o oposto, por meio dos valores: diálogo, solidariedade, reconhecimento das diferenças, respeito, escuta de todas as vozes, igualdade de gênero e direitos humanos.

A sua importância reside no fato de que, se as pessoas não estiverem conscientes dos acontecimentos e problemas que contextualizam os fatos presentes, as mudanças necessárias para criar ambientes de paz não serão promovidas. Do mesmo modo, a memória permite compreender a história a partir de versões e vozes alternativas à versão considerada oficial.

“ A história oficial é a versão que interessa a certos grupos. A memória permite ouvir várias vozes e verificar como os acontecimentos afetaram diferentes pessoas, sob diferentes perspectivas, analisando os fatos com o exercício de extrair as diversas camadas dos acontecimentos, como fazemos com uma cebola, chegando muitas vezes à constatação de que as diferentes partes num conflito, por exemplo guerrilheiros e soldados, são levados à violência por necessidades comuns, tais como a ausência de direitos e a falta de acesso a uma vida digna. ”

**CLAUDIA ANAY GARCIA,**  
educadora do MUPI e  
coordenadora do Interpaz  
em El Salvador.

## CONHECENDO A METODOLOGIA

A formação promovida pelo MUPI está focada no compartilhamento de conceitos básicos ligados à memória, e no reconhecimento dos diferentes atores que participaram do conflito, utilizando fotografias e outros recursos dos arquivos do museu. As estratégias são desenvolvidas para que as pessoas que viveram esse período possam contar as suas vivências, sendo encorajadas a compartilhar as suas memórias com as novas gerações.

São cinco sessões teórico-práticas, com duração de cinco horas, realizadas quinzenalmente na sede do museu, ou que podem ser adaptadas de acordo com o tempo ou disponibilidade das/os participantes. Existem exercícios práticos sobre como trabalhar com as ferramentas da Caixa com pessoas de diferentes perfis e idades. Os grupos têm um máximo de 20 integrantes.

As sessões começam sempre com um lanche, permitindo que as pessoas interajam. Depois são convidadas para uma rodada de apresentações, e em seguida vão à sede do mu-



seu, onde são mostradas as salas de exposição e é explicado em que consistirá a oficina, quais os seus objetivos e, ao mesmo tempo, são estabelecidas as regras de convivência. Depois, abordam-se as teorias: por que falar de memória, o que é este conceito, o que é a memória individual e coletiva etc. As atividades são participativas: as pessoas movimentam-se, não se limitam a ficar sentadas, e é dada a todas e todos a oportunidade de falar.

## ABRA A CAIXA

### Caixa de Ferramentas sobre Memória Histórica

É um conjunto de guias com sugestões de atividades de sensibilização para a geração de processos de formação teórica e prática, em linguagem simples e com uma abordagem de educação popular. A Caixa foi concebida para ser implementada por docentes, estudantes, comunidades, associações ou organizações não governamentais (ONGs) e ministérios. Seu conteúdo foi elaborado e validado de forma participativa com integrantes das formações anteriores realizadas pelo museu.

As fichas têm sempre uma folha com atividade e outra com orientações para a facilitadora ou facilitador que irá aplicar o exercício. A sua utilização é adaptável de acordo com o perfil e as necessidades dos grupos. Cada ficha de trabalho pode ser executada em uma hora, em média, e todas as dinâmicas procuram promover que as e os participantes se sintam bem no grupo, e se conectem e se comprometam com o processo. As atividades visam revisitar fatos históricos, analisar as causas que levaram a disputas violentas e refletir sobre as transformações sociais.



Foto: Carlos Eduardo Colorado Hernández



## PASSO A PASSO: COMO IMPLEMENTAR?

Para quem deseja utilizar a Caixa de Ferramentas sobre Memória Histórica, compartilhamos as seguintes recomendações:

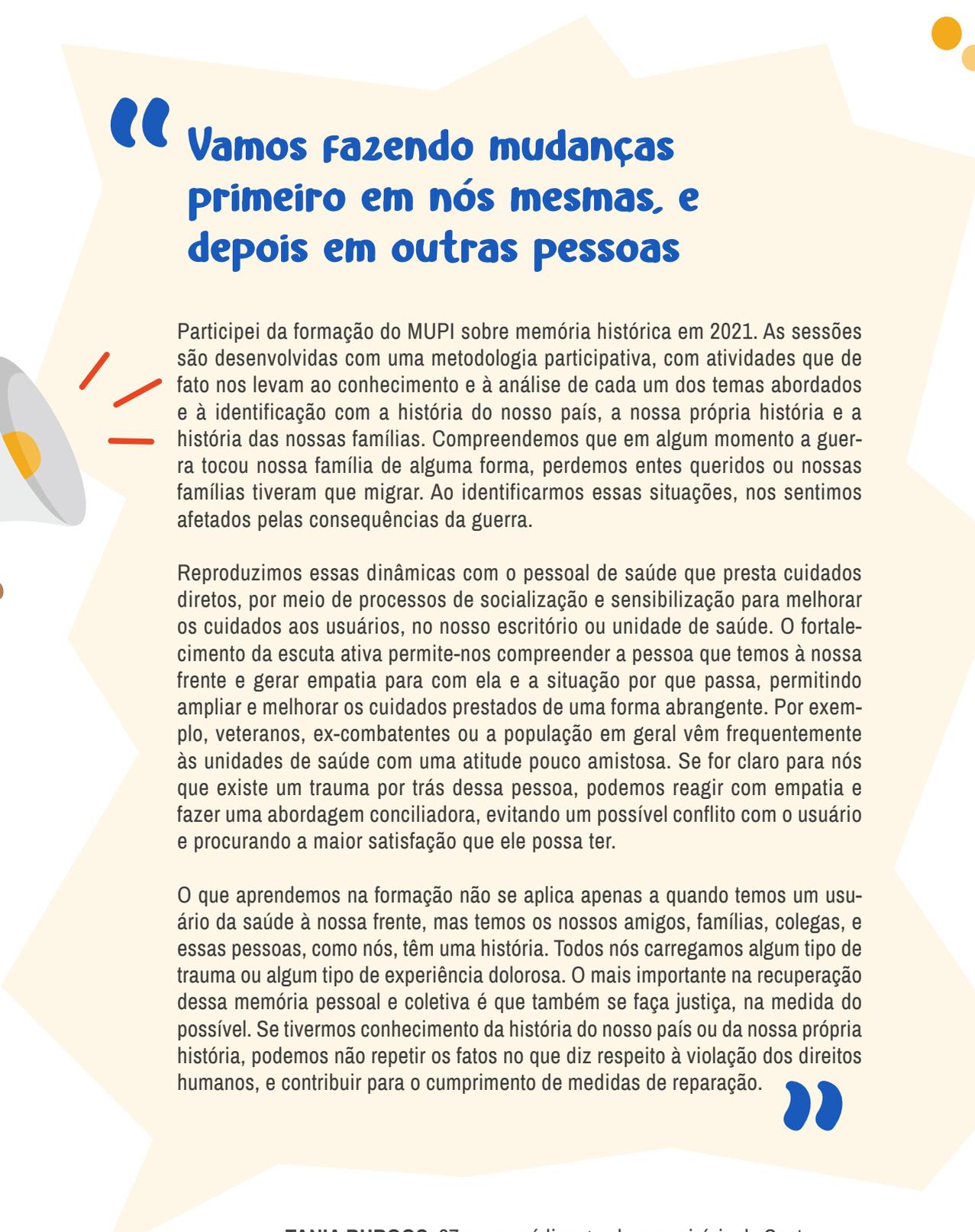
- 1.** Nas formações, é aconselhável criar grupos intergeracionais, atribuindo a adolescentes e jovens papéis ativos, tais como a tarefa de entrevistar a população mais velha ou veterana.
- 2.** É importante controlar as ações e assegurar que um grupo não seja relegado com base em idade e gênero. O processo deve ser participativo e deve ser dada especial ênfase à participação de meninas e mulheres.
- 3.** As metodologias e práticas devem buscar fundamentar o entendimento de que os acontecimentos da guerra não são isolados, e nos afetam no presente. Por exemplo, há jovens cujas famílias migraram pela guerra, e só percebem isso quando participam da formação.
- 4.** Abordar a memória histórica não é apenas importante para regiões ou contextos em que houve guerras ou conflitos internos, pois permite refletir sobre as realidades nos territórios e conhecer diferentes visões dos mesmos acontecimentos, construindo as memórias de uma forma participativa e inclusiva.
- 5.** A memória é um tema amplo e transversal, pode ser trabalhada a partir das ciências sociais, da literatura, do meio ambiente e de outros campos para abordar conflitos e demandas sociais. Pode ser tratada a partir da história oral e de outros tipos de fontes históricas, tornando possível reconstruir as reivindicações das comunidades e refletir sobre o que elas querem para o futuro.
- 6.** Cultura de paz não é apenas a ausência de armas ou conflitos, mas refere-se a uma vida plena no exercício dos direitos. É desejável registrar as memórias dos diferentes grupos durante as atividades, reconhecendo as suas lutas e o seu papel na conquista de direitos.

## POR QUE A EXPERIÊNCIA É TRANSFORMADORA?

Segundo depoimentos de veteranas/os e profissionais da saúde, essa experiência tem possibilitado o reconhecimento de diferentes versões dos fatos históricos, bem como o fomento ao diálogo, à empatia e à identificação entre pessoas com diferentes vivências, opiniões e ideologias. O trabalho de formação com veteranas/os e ex-combatentes, por sua vez, tem lhes permitido recordar e analisar os diferentes atores afetados pelos conflitos, tais como mulheres, meninas e meninos.

Nas comunidades rurais, tem-se fortalecido a solidariedade, o diálogo sobre problemas do território, o desenvolvimento comunitário e a organização coletiva para lutar por direitos e justiça.





## “ Vamos fazendo mudanças primeiro em nós mesmas, e depois em outras pessoas



Particpei da formação do MUPI sobre memória histórica em 2021. As sessões são desenvolvidas com uma metodologia participativa, com atividades que de fato nos levam ao conhecimento e à análise de cada um dos temas abordados e à identificação com a história do nosso país, a nossa própria história e a história das nossas famílias. Compreendemos que em algum momento a guerra tocou nossa família de alguma forma, perdemos entes queridos ou nossas famílias tiveram que migrar. Ao identificarmos essas situações, nos sentimos afetados pelas consequências da guerra.

Reproduzimos essas dinâmicas com o pessoal de saúde que presta cuidados diretos, por meio de processos de socialização e sensibilização para melhorar os cuidados aos usuários, no nosso escritório ou unidade de saúde. O fortalecimento da escuta ativa permite-nos compreender a pessoa que temos à nossa frente e gerar empatia para com ela e a situação por que passa, permitindo ampliar e melhorar os cuidados prestados de uma forma abrangente. Por exemplo, veteranos, ex-combatentes ou a população em geral vêm frequentemente às unidades de saúde com uma atitude pouco amistosa. Se for claro para nós que existe um trauma por trás dessa pessoa, podemos reagir com empatia e fazer uma abordagem conciliadora, evitando um possível conflito com o usuário e procurando a maior satisfação que ele possa ter.

O que aprendemos na formação não se aplica apenas a quando temos um usuário da saúde à nossa frente, mas temos os nossos amigos, famílias, colegas, e essas pessoas, como nós, têm uma história. Todos nós carregamos algum tipo de trauma ou algum tipo de experiência dolorosa. O mais importante na recuperação dessa memória pessoal e coletiva é que também se faça justiça, na medida do possível. Se tivermos conhecimento da história do nosso país ou da nossa própria história, podemos não repetir os fatos no que diz respeito à violação dos direitos humanos, e contribuir para o cumprimento de medidas de reparação. ”

**TANIA BURGOS**, 37 anos, médica geral no município de Santa Tecla, departamento de La Libertad. Colaboradora técnico-médica no gabinete de atenção aos veteranos de guerra e vítimas de graves violações dos direitos humanos do Ministério da Saúde.



---

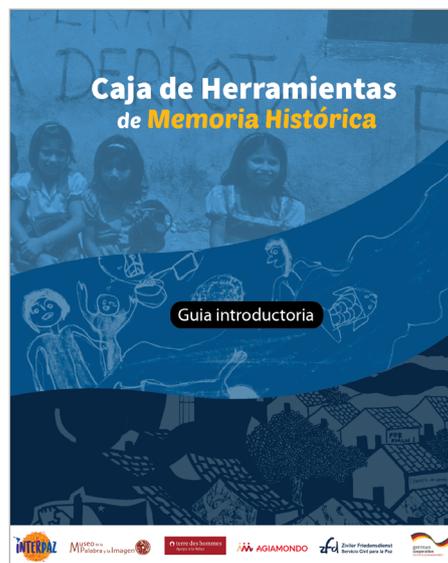
## PARA APROFUNDAR

---

### Caja de Herramientas de Memoria Histórica

Acesse o conteúdo completo da Caixa:

[bit.ly/caixa-memoria-historica](https://bit.ly/caixa-memoria-historica)



---

### Nota com depoimentos em vídeo de profissionais da saúde que participaram da formação sobre memória histórica

Veja aqui:

[bit.ly/formacion-memoria-historica](https://bit.ly/formacion-memoria-historica)





### 3.4. Construção de pactos para a promoção de famílias, escolas e comunidades seguras



O Centro de Servicios Educativos en Salud y Medio Ambiente (CESESMA), uma associação não governamental que trabalha com crianças e adolescentes desde 1997, desenvolve processos educativos nas comunidades rurais em municípios do Norte da Nicarágua.

Embora tenha havido progressos nesse país, crianças e adolescentes ainda enfrentam múltiplas formas de violência em casa, na escola e nas comunidades. Persiste a permissividade face a práticas que violam o direito a viver livre de violência, tais como os castigos físicos e o assédio. Há também uma elevada prevalência de violência e abuso sexual contra meninas e mulheres adolescentes e barreiras à atenção integral frente a esses crimes.

Nesse contexto, o CESESMA viu a necessidade de promover, com o apoio de tdhA, a metodologia “Diálogos intergeracionais para a promoção de famílias, escolas e comunidades seguras e protetoras”, o que levou ao desenvolvimento de Pactos Comunitários para a prevenção e o enfrentamento da violência. O objetivo era criar condições para que, acompanhadas por mulheres e homens adolescentes, as crianças fossem motivadas a participar e estabelecer processos educativos e acordos baseados no respeito e na horizontalidade das relações com as pessoas adultas: mães e pais, educadoras e educadores e lideranças comunitárias.

O propósito é que crianças e adolescentes se reconheçam como pessoas com direitos e, com base na análise do que viveram, reforcem a sua autoestima e o seu papel de liderança na procura de soluções para a violência. Para tal, o CESESMA se baseia no princípio de que a participação é um direito humano, e que é essencial reconhecer crianças e adolescentes como sujeitas e sujeitos de direitos, como pessoas com capacidade e voz para exercer a sua cidadania e mudar a sua realidade.

Levando em conta a base organizacional da comunidade, o objetivo é desconstruir as relações de poder e a normalização da violência, analisando o papel e as responsabilidades dos diferentes atores para a elaboração de um pacto para a proteção de crianças e adolescentes nas comunidades rurais. Os diálogos intergeracionais promovidos para a construção desse acordo implicam acreditar nas crianças, em suas histórias e em suas ideias, assim como na importância de ouvi-las e respeitá-las.

#### IMPLEMENTAÇÃO NOS TERRITÓRIOS

O ponto de partida da metodologia é a capacitação de promotoras e promotores educativos/os das comunidades. São meninas, meninos e mulheres e homens adolescentes, entre os 7 e 18 anos de idade, que participam nos espaços de formação e refletem sobre suas experiências de vida e seus direitos. Fortalecem suas capacidades e compartilham suas aprendizagens com seus pares e pessoas adultas, conseguindo desenvolver um papel de liderança nos espaços de socialização, especificamente em suas escolas, lares e bairros. Para isso, conhecem e aplicam metodologias que lhes permitem realizar e es-

timular o debate sobre questões relacionadas com o exercício dos seus direitos, como educação, meio ambiente, violência de gênero, sexualidade e lazer.

Os diálogos intergeracionais foram implementados nas comunidades rurais de La Corona, El Carmen, La Garita e Yúcul, no município de San Ramón, entre junho de 2017 e fevereiro de 2020. O objetivo da formulação coletiva dos Pactos Comunitários é a construção de uma visão comum de comunidade segura e protetora para a prevenção da violência de gênero, contextualizando medidas, papéis e responsabilidades.

“ O fato de mães, pais, lideranças comunitárias, meninas e meninos, professoras e professores estarem em diálogo, de terem se comprometido com a proteção das meninas e meninos, e de terem chegado a um acordo, foi muito válido. Significou o desenvolvimento de uma responsabilidade compartilhada de proteção, porque nas comunidades há abusos sexuais e outros tipos de violência, que raramente são denunciados, há violações, castigos físicos e humilhantes, entre outras expressões de violência. Então, como proteger as meninas e meninos? Essas pessoas perceberam o que o problema implica e sua responsabilidade. ”

**MARTHA LIDIA PADILLA,**  
educadora do CESESMA e  
uma das implementadoras  
da metodologia.

## ABORDAGEM SOBRE GÊNERO E CULTURA DE PAZ

Na Nicarágua, são desafios a serem enfrentados a violência, o abuso sexual infantil e a prevalência de crianças em condições de exploração laboral, principalmente nas regiões de plantações de café. Diante desse contexto, buscou-se criar espaços em que as pessoas adultas respeitassem e reconhecessem as capacidades das crianças, envolvendo-se na construção coletiva dos Pactos Comunitários. Esses diálogos intergeracionais são desenvolvidos com o objetivo de desconstruir as normas e crenças de cada comunidade e promover o direito a viver sem violência.

De acordo com o CESESMA, o combate à violência de gênero requer a participação de crianças e adolescentes, juntamente com as pessoas adultas. Pois, essas últimas têm a responsabilidade de proteger os direitos das crianças e adolescentes.

“ Um dos aspectos fundamentais para o seguimento da iniciativa é a realização de assembleias comunitárias. Não apenas para quem participou dos diálogos intergeracionais e redigiu o documento do Pacto Comunitário, mas também para que outras pessoas da comunidade tomem conhecimento do que foi feito e se comprometam a prevenir e não praticar violência contra suas filhas e filhos, contra as mulheres. O pacto pertence a toda a comunidade. ”

**MARTHA LIDIA PADILLA,**  
educadora do CESESMA e  
uma das implementadoras  
da metodologia.



## CONHECENDO A METODOLOGIA

A promoção de diálogos intergeracionais tem como objetivos:

- 1.** Melhorar a capacidade de resposta das comunidades por meio do empoderamento de crianças e adolescentes e do fortalecimento da mobilização social.
- 2.** Reforçar o acesso das comunidades à informação sobre situações de violência contra crianças e adolescentes.
- 3.** Fortalecer as capacidades de crianças e adolescentes para sensibilização e revisão de suas práticas e comportamentos, de modo a proteger as pessoas em riscos associados à violência de gênero.
- 4.** Desenvolver um plano de ação para o monitoramento e a avaliação das ações comunitárias em termos de prevenção e convivência.

A implementação da metodologia tem como base os seguintes princípios:

- 1.** Todas as atividades devem ser desenvolvidas com grupos de meninas, meninos e mulheres e homens adolescentes pares ou de faixas etárias semelhantes, gerando coesão, respeito, escuta e solidariedade.
- 2.** Crianças e adolescentes, dentro dos seus grupos, devem ser encorajadas/os a desenvolver uma série de regras ou acordos de convivência que garantam a execução das atividades com respeito e compromisso mútuos.
- 3.** A aprendizagem ocorre por meio das trocas. Assim, adolescentes desenvolvem a capacidade de facilitar, propor e negociar com as pessoas adultas, numa atitude de escuta e valorização. Os conhecimentos, experiências e práticas das crianças também devem ser levados em conta.
- 4.** A aprendizagem ocorre de formas diferentes e as crianças aprendem por meio da brincadeira. Em todas as atividades, o elemento lúdico deve ser garantido como uma técnica pedagógica de aprendizagem e de análise da informação.
- 5.** Todas as ações terão como objetivo contribuir para o desenvolvimento das comunidades, concentrando-se em suas necessidades e interesses, motivando a participação de todas as pessoas e as sinergias entre os atores locais, municipais e de outros setores.
- 6.** É preciso trabalhar com docentes o reconhecimento da escola como um espaço seguro e de proteção para crianças e adolescentes.
- 7.** Esta metodologia permite às pessoas adultas conhecer o passo a passo do processo, mas sem interferir ou impor critérios "adultistas", de modo que sejam as crianças e adolescentes que construam os diálogos intergeracionais.
- 8.** Esta metodologia pode ser adaptada para encorajar a participação de crianças e adolescentes em diferentes países, em zonas rurais e urbanas.

## PASSO A PASSO: COMO IMPLEMENTAR?

Propõe-se uma sequência de ações que passa pela organização comunitária; a formação; o diálogo para estabelecer consensos; o mapeamento comunitário; a análise da informação; o desenvolvimento de um documento a partir dos diálogos intergeracionais; e a elaboração de um plano de ação. Essas fases requerem um processo educativo organizado em várias reuniões, oficinas e fóruns.

- 1.** As educadoras e educadores da organização, que acompanham e facilitam o processo, devem desenhar a sua rota metodológica e conceitual, e estudar os marcos de referência que orientam a prática: a abordagem sobre direitos, educação, gênero e relações intergeracionais, bem como o princípio do direito à participação.
- 2.** O segundo passo envolve a organização de meninas e meninos em cada comunidade, começando pela seleção do grupo que participa das formações e da construção dos diálogos, com base em critérios transparentes. É dada especial ênfase ao consentimento informado, à voluntariedade dessas pessoas no momento de integrar-se à iniciativa, e deve ser promovida a equidade na participação.



Foto: CESESMA

- 
3. Passa-se, então, à terceira fase: a organização e preparação de adolescentes que estejam interessadas/os e demonstrem um perfil de liderança, para que possam ser formadas/os como promotoras/es de direitos. Isso ocorre por meio de um ciclo de oficinas mensais realizadas no contraturno da escola. As atividades educativas e recreativas dessas formações são realizadas de forma vivencial, de modo a abordar e compartilhar conhecimentos sobre direitos humanos, prevenção da violência, abuso sexual etc.

Uma vez organizado o grupo de crianças da comunidade, com o acompanhamento de adolescentes promotoras/es, mães e pais recebem informação sobre o processo e as medidas de proteção: local de reuniões, horários, acompanhamento de pessoas adultas, acordos de convivência etc. É proposto um cronograma de atividades que considere o calendário escolar, bem como a temporada agrícola, tendo em conta casos em que adolescentes trabalham com suas famílias. As sessões se realizam em horas alternativas às aulas, mas, se for necessário que meninas e meninos se ausentem da escola, educadoras/es ou membros da família negociam com professoras/es ou diretoras/es autorização, assegurando que seus estudos não sejam afetados.

4. A quarta fase é o mapeamento dos atores da comunidade, realizado com as promotoras e promotores adolescentes, para a articulação com as pessoas adultas, enfatizando especialmente mães, pais, professoras, professores e lideranças.
5. Com base no protagonismo de adolescentes promotoras e promotores, passa-se ao diagnóstico comunitário da situação de violência. É realizada uma assembleia comunitária para informar sobre esse processo e o que ele implica. É importante promover essa sensibilização para que, uma vez que as meninas e meninos realizem o diagnóstico, a comunidade as/os escute e lhes forneça informações.
6. Com a informação coletada, é possível passar à elaboração coletiva de mapas comunitários de risco, assim como de compromissos e acordos para a prevenção da violência e um plano de ação com prazos e responsabilidades.
7. Passa-se, então, ao monitoramento e à comunicação dos pactos. Realizam-se assembleias comunitárias periódicas para verificar como os processos de prevenção ou superação da violência estão progredindo na comunidade, de acordo com o plano de ação acordado. Este acompanhamento é efetuado pelas promotoras e promotores adolescentes, com o monitoramento do CESESMA.

### POR QUE A EXPERIÊNCIA É TRANSFORMADORA?

No desenvolvimento da iniciativa, identificou-se que as assembleias comunitárias são muito importantes para tornar os diferentes atores responsáveis pela proteção de crianças e adolescentes. O fato de mães, pais, lideranças comunitárias, professoras e professores terem se disposto a ouvir as crianças e adolescentes e a discutir as suas necessidades de proteção é considerado uma das maiores conquistas.

Ao mesmo tempo, a formação de adolescentes como promotoras/es de direitos lhes proporcionou força, estratégias metodológicas e conhecimentos para desenvolver o trabalho comunitário, com empatia e capacidade de negociação.



## “ Ganhei conhecimentos e fui capaz de ajudar as pessoas

Comecei a participar nas atividades do CESESMA quando tinha 13 anos. Houve várias reuniões em que nos apresentaram formas de educar meninas e meninos para evitar a violência e o machismo, o abuso de poder.



Com o tempo aprendemos a ser mais participativos, sentimo-nos mais conscientes, e isso nos ajudou a nos comunicarmos bem entre todas e todos. Nas atividades, tratava-se sempre de pôr em prática a igualdade. Ou seja, participaram tanto meninas e meninos quanto pessoas adultas de ambos os sexos. Foram implementados mecanismos para que meninas e meninos se sentissem confiantes de compartilhar os seus conhecimentos e ideias.

Penso que, com os diálogos, as pessoas adultas começaram a valorizar as opiniões das meninas e meninos e a assimilar a nossa participação. Elas [as pessoas adultas] receberam uma educação diferente. Nós estávamos aprendendo sobre questões como o abuso sexual, machismo e elas [as pessoas adultas] não receberam o mesmo tipo de informação na sua infância.

O tema central foi a violência de gênero e o abuso de poder. Se eu não tivesse participado desses diálogos, talvez continuasse a ver muitos preconceitos e tabus como normais. Agora que sei o que é a violência, como identificá-la, como preveni-la, estou em melhor posição para saber como detectar quando estou predisposta a sofrê-la, para tentar evitá-la ou para ajudar as outras pessoas.

O desenvolvimento do pacto comunitário foi importante porque as crianças estavam dispostas a aprender sobre essas questões e, depois, discutir o que aprenderam nas suas escolas. Assim, foi criada uma espécie de efeito em cadeia e os professores também se interessaram e começaram a falar um pouco mais sobre as questões relacionadas com a violência.



**TANIA KARINA ALEMÁN**, 18 anos, vive na comunidade de La Corona, no município de San Ramón. Participou da formação do CESESMA para promotoras e dos diálogos intergeracionais. É estudante universitária de Banca e Finanças e deseja estudar Trabalho Social.



---

## PARA APROFUNDAR

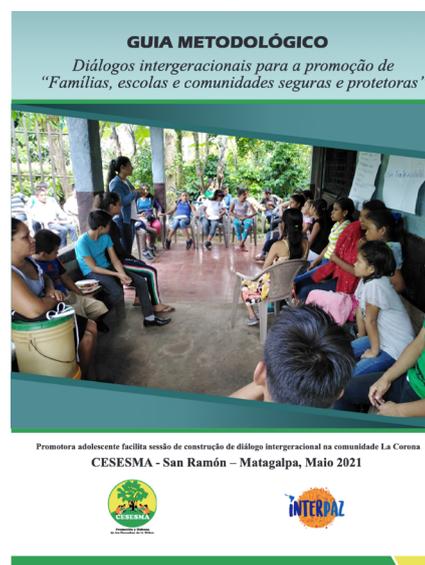
---

### Guia metodológico: Diálogos intergeracionais para a promoção de famílias, escolas e comunidades seguras e protetoras

O guia foi desenvolvido com a participação de mulheres e homens adolescentes e apresenta todos os passos para promover o diálogo intergeracional e construir coletivamente Pactos Comunitários para prevenir a violência de gênero.

Acesse:

[bit.ly/dialogo-intergeracional](https://bit.ly/dialogo-intergeracional)



### 3.5. Pesquisa-Ação Transformadora: Análise de temas sociais e incidência por mudanças



O Centro de Servicios Educativos en Salud y Medio Ambiente (CESESMA) desenvolve processos educativos com crianças e adolescentes em comunidades rurais na **Nicarágua** localizadas nos municípios de San Ramón, Matagalpa, El Tuma - La Dalia e Rancho Grande, no norte do país.

Nessas localidades, a organização trabalha para defender os direitos da infância e da adolescência por meio de processos educativos que permitam que crianças e adolescentes sejam reconhecidas/os e atuem como sujeitas e sujeitos de direitos. As ações são desenvolvidas de forma integrada e em diferentes âmbitos - família, escola e comunidade - para contribuir com a realização de mudanças na vida das pessoas e

nos seus ambientes. Esses processos conduzem à ativação de cidadãos e cidadãs conscientes dos problemas que lhes afetam e das condições que geram opressão, discriminação e desigualdades.

A experiência da Pesquisa-Ação Transformadora foi realizada entre 2007 e 2016, o que permitiu ao CESESMA, nesse período, expandir as suas ações e projetos dedicados a garantir o direito à participação de crianças e adolescentes, bem como reforçar o protagonismo da infância e adolescência na defesa dos seus direitos.

A metodologia da Pesquisa-Ação Transformadora está ligada à implementação da principal estratégia do CESESMA: a formação de adolescentes como promotoras e promotores educacionais, de modo que assumam um papel ativo e de liderança na transformação de suas vidas. Ela permite que crianças e adolescentes pesquisem várias questões de seu interesse, tais como educação, meio ambiente, violência de gênero e sexualidade, a fim de posicioná-las no debate público. Com base na aprendizagem adquirida, crianças e adolescentes propõem ações e reforçam seus conhecimentos sobre seus direitos e suas competências para defendê-los. Para o CESESMA, a promoção do direito à participação tem como premissa a compreensão de que crianças e adolescentes se desenvolvem ao exercer sua participação.

#### IMPLEMENTAÇÃO NOS TERRITÓRIOS

A Pesquisa-Ação Transformadora foi implementada com crianças e adolescentes em comunidades rurais na Nicarágua (municípios de Santa Martha, San Ramón e La Dalia), onde o CESESMA facilitou e acompanhou o desenvolvimento de 12 experiências de pesquisa baseadas numa metodologia chamada Consultoria Infantil, que teve origem no Reino Unido. Ao desenvolver e validar essa metodologia, procurou-se reforçar a sua abordagem participativa, tendo em conta as experiências das crianças e adolescentes.

Nesse sentido, em 2012, adotou-se um novo enfoque para esse processo, que começou a ser desenvolvido com a liderança de crianças e adolescentes. Elas e eles passaram a ser responsáveis por todas as fases de implementação da Pesquisa-Ação:





busca de conhecimentos sobre o assunto, entrevistas, sistematização de dados e apresentação de relatório com recomendações.

Entre 2007 e 2016, participaram dessa experiência crianças e adolescentes, de entre 8 a 18 anos, envolvidas/os em outros processos educativos do CESESMA ou de outras organizações sociais e grupos comunitários, com conhecimento prévio sobre direitos humanos, educação ambiental, prevenção da violência etc. Poucas crianças sem formação prévia participaram e, quando isso ocorreu, houve um maior acompanhamento por parte de educadoras e educadores da organização, ou por promotoras e promotores adolescentes formadas/os pelo CESESMA.

“ As meninas, meninos e adolescentes participantes da experiência são provenientes de comunidades rurais, alguns estudam, outros não. Alguns vivem em fazendas de plantações de café, alguns têm pai e mãe, outros só têm mãe, outros trabalham nas plantações de café e no cultivo de grãos e têm que percorrer longas distâncias para ir à escola. Alguns podem continuar os seus estudos secundários, outros não, devido às condições económicas. Mas, são capazes de se juntar aos seus pares. Nesse processo, vão identificando sobre o que querem falar, reúnem-se em grupos na escola, na comunidade, na plantação de café, e assim organizam-se para compartilhar as suas experiências. Essa riqueza de comunicação e interação é o que torna possível que haja um efeito multiplicador da aprendizagem, que é a estratégia que o CESESMA implementa. ”



**MARISOL HERNÁNDEZ**, educadora do CESESMA e coordenadora do Interpaz na Nicarágua.

### ABORDAGEM SOBRE GÊNERO, PARTICIPAÇÃO E CULTURA DE PAZ

Um problema candente no país é a violência de gênero, com taxas alarmantes de feminicídios e violência doméstica e sexual contra meninas e adolescentes. A Nicarágua é o país latino-americano com a maior taxa de gravidez na adolescência. É uma sociedade com cultura patriarcal e machista, em que a orientação sexual e a identidade de gênero são fatores de discriminação, especialmente para adolescentes e jovens.

Nesse cenário, a Pesquisa-Ação Transformadora se baseia numa abordagem de direitos humanos, especialmente nos princípios da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, em relação ao direito da menina ou menino a ser ouvida/o e a ter suas opiniões tomadas em conta nas decisões que lhes afetam, sem discriminação e atendendo seu interesse.

O CESESMA também incorpora uma perspectiva de gênero e geracional para construir de forma coletiva ações que promovam a superação e a prevenção da violência, ajudando a estabelecer uma cultura de paz, o respeito pelos direitos humanos e a igualdade de gênero. Nesta perspectiva, crianças e adolescentes são acompanhadas/os e encorajadas/os a assumir um papel de liderança na análise da situação de gênero e de violência nas suas comunidades, de forma que suas experiências e demandas sejam consideradas na elaboração dos planos, estratégias e projetos de prevenção da violência. Estimula-se seu protagonismo e o pensamento crítico a respeito





das desigualdades de gênero, da agroecologia e dos cuidados com o meio ambiente, entre outras questões-chave para a promoção de uma cultura de paz e de direitos.

“ A necessidade de abordar a violência foi levantada pelas próprias meninas, meninos e adolescentes. Havia um ponto central, que era investigar a sexualidade e a questão de gênero, que está relacionada com muitos mitos e preconceitos. Esta é a base de todas as desigualdades, discriminações e violências de gênero. Todas as formas de violência passam pelos corpos das meninas e meninos. Outra questão identificada foi a educação ambiental, devido a uma gestão inadequada dos resíduos e outros problemas ambientais nas comunidades. ”

**MARISOL HERNÁNDEZ,**  
educadora do CESESMA e  
coordenadora do Interpaz  
na Nicarágua.

## CONHECENDO A METODOLOGIA

A Pesquisa-Ação Transformadora reconhece que crianças e adolescentes têm a capacidade de assumir eficazmente o papel de pesquisadoras e pesquisadores, desde que haja uma facilitação informada e empenhada por parte da organização e a aplicação de uma metodologia adequada à idade, características e experiências dos indivíduos.

O ponto principal da metodologia é a aplicação e vivência da palavra ACREDITAR. Ou seja: acreditar nas crianças e adolescentes, em suas habilidades, no que compartilham e no que estão vivendo, uma vez que conhecem a sua própria realidade. Isto é o que garante que realizem ações e reflexões baseadas nas suas próprias experiências, sem serem manipuladas/os pelas pessoas adultas.

O método propõe que as crianças e adolescentes sejam as/os responsáveis por: definir os temas a serem pesquisados e os atores a serem entrevistados; estabelecer os aspectos a aprofundar por meio de questionários e entrevistas; analisar a informação; preparar os relatórios sobre os resultados; fazer recomendações e propor um plano para formalizar o compromisso com ações que envolvam diferentes pessoas na comunidade.

## PASSO A PASSO: COMO IMPLEMENTAR?

As diretrizes metodológicas da Pesquisa-Ação podem ser modificadas para se adaptarem a diferentes contextos: áreas rurais e urbanas e necessidades de abordar aspectos relacionados à raça, origem, identidade de gênero, idade, entre outros. Contudo, devem ser criadas condições para a implementação de protocolos que assegurem proteção e prevenção de riscos para crianças e adolescentes que participam da iniciativa.

Outras recomendações para quem deseja empreender experiências semelhantes:

1. Deve-se ter como base o enfoque de direitos humanos que acredita nas potencialidades das pessoas, independentemente da idade, reconhecendo o seu processo evolutivo e a sua capacidade de contribuir com o pensamento crítico.





- 2.** É necessário considerar a abordagem de gênero, pela qual são avaliadas as condições e os interesses das meninas e mulheres participantes, bem como as disparidades de gênero.
- 3.** Crianças e adolescentes são capazes de se apropriar da sua identidade como pesquisadoras e pesquisadores; são capazes de compreender e assumir o que este papel implica.
- 4.** O papel da pessoa adulta é acompanhar, proporcionar um ambiente de confiança e segurança, bem como facilitar o processo; não se trata de uma professora ou outra pesquisadora.
- 5.** Crianças e adolescentes determinam o tema que querem pesquisar. O papel das pessoas adultas é acompanhar e apoiar o processo de escolha, estabelecendo limites quando existam restrições relacionadas com o financiamento do projeto de pesquisa, por exemplo, ou caso uma determinada situação possa colocar as suas vidas em risco.
- 6.** É importante fornecer apoio técnico e material, uma vez que estão desempenhando o papel de pesquisadoras/es, apesar de não serem pessoas adultas profissionais (reconhecendo que o apoio deve ser adaptado às idades e condições das crianças e adolescentes).
- 7.** Crianças e adolescentes devem iniciar o processo a partir das suas próprias experiências e vivências. Contudo, durante a pesquisa, devem aprender mais sobre um tópico, expandindo e enriquecendo os seus conhecimentos.
- 8.** Crianças e adolescentes planejam a pesquisa e decidem como implementá-la. Também constroem seu relatório com suas próprias palavras. Se for necessário um relatório elaborado pelas pessoas adultas, esse é apresentado separadamente e após consulta com as pesquisadoras e pesquisadores.
- 9.** A organização deve comprometer-se a continuar oferecendo acompanhamento às crianças e adolescentes que conduzem a pesquisa, além de apoiar a formulação e a implementação do plano de ação, para assegurar a divulgação dos resultados da pesquisa e a execução desse plano.

### **POR QUE A EXPERIÊNCIA É TRANSFORMADORA?**

Os relatos de participantes e organizadoras/es da iniciativa mostram que, com a implementação dessa metodologia, crianças e adolescentes contribuíram para o posicionamento de questões historicamente presentes nas suas comunidades, que haviam sido normalizadas pela perspectiva das pessoas adultas.

A implementação do Pesquisa-Ação contribuiu para reforçar o conhecimento das crianças e adolescentes sobre os seus direitos, ajudando-os a apropriarem-se deles e a defendê-los. Ao realizarem a investigação, conseguiram influenciar as decisões sobre políticas públicas em suas comunidades, sendo reconhecidas/os, ouvidas/os e tomadas/os em conta. Também se comprometeram a mudar suas atitudes e comportamentos.

Verifica-se também que essas experiências estimularam a confiança e a autoestima das/os participantes, bem como uma nova visão sobre suas capacidades e habilidades como agentes de transformação.



## “ Os resultados da nossa pesquisa transcenderam para outros lugares



Eu tinha quase 12 anos quando comecei a participar dos processos do CESESMA. Naquele momento, ajudava minha mãe com as responsabilidades domésticas, cuidava dos meus irmãos e trabalhava como babá para que minha vizinha pudesse trabalhar durante as colheitas de café. Minha mãe não me deixava sair de casa, e eu observava como as meninas e os meninos se juntavam para participar nos processos do CESESMA, o que achava muito interessante. Um dia, uma professora me convidou e minha mãe me deixou participar pela primeira vez. Lembro-me de como estava entusiasmada e feliz por poder participar desses espaços.

Fizemos uma pesquisa sobre sexualidade por ser um assunto tabu na comunidade. Com os resultados da pesquisa, percebemos que conhecer esse tema e estar bem-informadas era uma parte fundamental da prevenção do abuso sexual.

A facilitação do CESESMA nos forneceu informação confiável sobre o tema que queríamos pesquisar, ajudou-nos a organizar, sintetizar os nossos objetivos e questões de pesquisa, e a pensar em como chegar a cada pessoa da comunidade. No entanto, éramos nós que tomávamos as decisões sobre o que iríamos pesquisar e como faríamos. Em outras palavras, recebemos formação e, depois, implementamos na nossa comunidade.

Realizamos mesas redondas e sessões plenárias para dividir o que encontrávamos na comunidade com a pesquisa, bem como compartilhamos os nossos pontos de vista, materiais a utilizar, a redação correta das entrevistas ou questionários, e avaliamos em conjunto.

O CESESMA sempre foi muito cuidadoso em criar e garantir espaços onde meninas e meninos nos sentíssemos confortáveis e seguros. Uma vez concluída a pesquisa, apresentamos os resultados, e lembro-me do espanto das pessoas adultas; foi uma sensação agradável sentir que tínhamos sido ouvidas e ouvidos.

Quando criança, comecei a descobrir outra forma de contribuir com minha comunidade e transformar os pequenos espaços onde eu poderia incidir. Desde então, tenho estado interessada na intervenção social, especialmente nas comunidades, e espero continuar aprendendo muito mais para transformar as realidades e injustiças. Ao longo do processo, as minhas maiores mudanças foram ter segurança, confiança, conhecer o valor da minha voz e das minhas ideias, e reconhecer a importância das mulheres na sociedade.

Esse grande projeto deu poder especialmente às meninas e meninos, e isso transformou completamente as nossas vidas. ”

**ROXANA SOZA**, 23 anos, graduada em Trabalho Social. Vive na comunidade rural La Corona, no município de San Ramón, onde participou de um grupo de Pesquisa-Ação acompanhada pelo CESESMA.



Foto: CESESMA



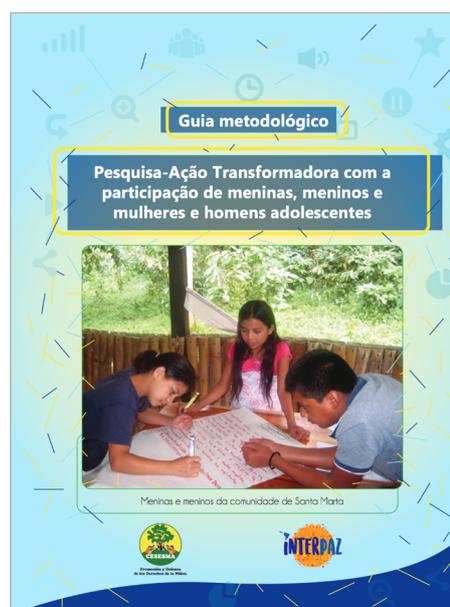
## PARA APROFUNDAR

### Pesquisa-Ação Transformadora com a participação de meninas, meninos e mulheres e homens adolescentes

Esse guia metodológico foi desenvolvido com a participação de adolescentes e jovens da Nicarágua. Nele, são compartilhadas técnicas para realização da Pesquisa-Ação e orientações para medidas de proteção das crianças e adolescentes que participam do processo.

Acesse:

[bit.ly/pesquisa-acao-transformadora](https://bit.ly/pesquisa-acao-transformadora)



### Nota com depoimentos de crianças e adolescentes que participaram da experiência

Leia aqui:

[bit.ly/nota-experiencia](https://bit.ly/nota-experiencia)

TEXTO EM  
NOSSO SITE



### 3.6. Escola popular: Educação e participação para a construção de paz com justiça de gênero



A Corporación Amiga Joven iniciou o seu trabalho em 1996, na Comuna 4 de Medellín, e teve impacto em alguns municípios de Antioquia, Colômbia. Em 2014, foi criada a Escola Popular de Gênero e Formação Sociopolítica para mulheres jovens e adultas, assim como para grupos de homens jovens. A iniciativa promove processos de formação para o desenvolvimento da capacidade crítica e o trabalho comunitário dedicados à formação sociopolítica, à superação da violência sexual e de gênero, e à transformação social.

A Escola Popular começou como um grupo de jovens mulheres de diferentes bairros de Medellín, onde havia problemas relacionados à violência de gênero e à violação de direitos. Em 2015, passou a receber apoio financeiro,

o que permitiu sua consolidação na sede da Amiga Joven como um espaço dedicado à formação para a prevenção da violência sexual destinado a três grupos: mulheres jovens; mulheres adultas, muitas delas mães dessas mulheres jovens; e, desde 2017, homens jovens, que chegam por meio de convocatória “boca a boca” ou das redes sociais, enquanto outros têm alguma ligação com as jovens da Escola.

Desde o início de suas atividades, a Amiga Joven também tem promovido processos de formação para a prevenção da violência sexual e a construção da convivência com grupos de crianças e adolescentes nos bairros da cidade com situações de violação dos direitos da infância e adolescência. Essa iniciativa é desenvolvida de forma complementar à Escola Popular, uma vez que as meninas e adolescentes que se formam nesses grupos de base tendem a envolver-se nos grupos de mulheres jovens da Escola, dando continuidade à sua formação.

Dependendo do público, as formações da Escola e dos grupos de base de crianças e adolescentes têm variado em abordagem, metodologia, alcance e impacto. Contudo, elas partilham de processos pedagógicos comuns inspirados pela educação popular e metodologias vivenciais para a promoção de direitos, prevenção da violência de gênero, consciência de gênero, formação de lideranças e encorajamento da participação cidadã e da incidência política. Os processos procuram reafirmar as/os participantes como sujeitas e sujeitos de direitos, estimulando-as/os a contribuir para a transformação de suas famílias e comunidades.

#### IMPLEMENTAÇÃO NOS TERRITÓRIOS

A cada abertura da Escola Popular, há uma divulgação compartilhada nos bairros mais periféricos da cidade. A participação é gratuita e aberta a qualquer pessoa interessada em questões de gênero e direitos humanos.

O grupo de mulheres jovens da Escola compreende pessoas entre 14 e 35 anos de idade, que se reúnem em sessões de cerca de três horas, realizadas a cada 15 dias nas instalações da organização, com a participação de uma facilitadora. O processo de formação tem a duração de um ano. A cada edição, novas mulheres jovens



são convidadas a inscrever-se, enquanto as que participaram e desejam continuar na Escola são convidadas a fazer parte de pesquisas ou de processos criativos, como pintura, teatro etc. Estimula-se também a liderança das mulheres mais interessadas, para que se tornem facilitadoras ou divulgadoras da Escola.

O grupo de masculinidades não hegemônicas (com homens adolescentes e jovens dos 16 aos 35 anos) e o grupo de mulheres adultas (a partir dos 35 anos) também se reúnem de 15 em 15 dias em sessões com duração de até três horas, realizadas na sede da Amiga Joven. No caso do grupo de mulheres, uma educadora da Escola facilita as sessões, e para o grupo de homens há um facilitador do sexo masculino.

Os grupos de base de crianças e adolescentes, por sua vez, recebem pessoas entre os 9 e os 13 anos de idade. Há reuniões semanais de três horas com uma facilitadora (desde 2020, no contexto da pandemia, estas tornaram-se sessões quinzenais), e o ciclo completo de formação dura um ano. As sessões se realizam nos bairros onde as/os participantes vivem, no contraturno escolar, ou nos fins de semana. Muitas vezes, as reuniões acontecem em instalações de escolas parceiras.

“ A fim de criar os grupos de crianças e adolescentes, foram identificados os bairros de Medellín com características de violação dos direitos da infância: bairros mais pobres, com deslocamentos intraurbanos<sup>25</sup>, altos índices de gravidez na adolescência e de violência sexual, e com diferentes problemas de violação dos direitos humanos. A partir desses grupos de base, quando as meninas atingem a idade do grupo de jovens mulheres da Escola Popular, são convidadas a juntar-se a esse processo e outras meninas também são convidadas, especialmente de bairros periféricos. Na Escola, abordamos desde a transformação dos padrões patriarcais e a violência sexual até os estereótipos de beleza e o 'dever ser' das mulheres. Tudo isso é questionado para gerar a abertura para novas realidades, procurando transformar as relações e estimular os projetos de vida das meninas e mulheres jovens. ”

**MARIAN NATHALIA TORRES**, coordenadora do Interpaz na Colômbia.

## ABORDAGEM SOBRE GÊNERO E CULTURA DE PAZ

A construção de paz é um desafio para a Colômbia, que vive um conflito armado interno há mais de 60 anos, principalmente entre a guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC-EP) e o governo nacional. Existem também outros grupos armados, como a guerrilha do Exército de Libertação Nacional (ELN), as Autodefesas Unidas da Colômbia (paramilitarismo) e atores armados urbanos.

O conflito contribuiu para a exclusão econômica e a reprodução de violências, como a violência de gênero, os desaparecimentos e os deslocamentos forçados, o recrutamento de crianças e adolescentes, especialmente rapazes, por grupos armados e o aumento da desigualdade no exercício dos direitos humanos.

Em 2016, o Estado colombiano assinou os Acordos de Paz com as FARC<sup>26</sup>. Foram aí contemplados seis acordos nos quais se reconheceu o profundo impacto do conflito nas mulheres e na população LGTBQI+, sendo o primeiro acordo de paz no mundo que contempla o enfoque de gênero. Esses acordos deveriam ser imple-





mentados incluindo as ideias, vozes e presença das mulheres na construção de paz, com, por exemplo, formação sobre os direitos das mulheres e os direitos sexuais e reprodutivos e uma maior presença das mulheres na defesa de direitos.

Nesse contexto, a Amiga Joven tem implementado estratégias pedagógicas para a construção de paz com justiça de gênero nos territórios, abordando questões a partir de um enfoque de direitos e do feminismo que visa formar mulheres, crianças, adolescentes - e homens jovens dos processos sobre masculinidades não hegemônicas - em questões sobre igualdade, inclusão social, cultura de paz, liderança, reconhecimento da sua própria identidade e prevenção de problemas como: discriminação, recrutamento forçado por grupos armados, consumo de substâncias psicoativas, tráfico humano e violência sexual.



“ Embora a Amiga Joven tenha sempre contribuído para a construção de paz, por ter nascido numa época em que o tráfico de drogas estava no auge - e esse problema aumentou as taxas de exploração sexual de meninas e adolescentes -, não se mencionava tão fortemente a paz como parte de seus processos, apesar de as formações para prevenção da violência sexual abordarem o tema da convivência pacífica. Também porque passamos por uma época em que falar de paz e conflito era arriscado. Com os Acordos de Paz, começamos a falar mais livremente sobre paz e violências estruturais silenciadas pelo conflito, tal como a violência de gênero, incluindo a violência sexual. Dessa forma, a Amiga Joven incluiu a paz nos seus eixos temáticos, e começou a se envolver em projetos que contribuem diretamente para a paz a partir de uma perspectiva de gênero. ”

**MARIAN NATHALIA TORRES**, coordenadora do Interpaz na Colômbia.

## CONHECENDO A METODOLOGIA

Os processos da Escola são baseados na educação popular. No início das sessões, as pessoas se apresentam dizendo quem são e de onde vêm. As atividades são realizadas de forma a aproximar as/os participantes, gerando uma rede de confiança mútua e de solidariedade. A ideia é criar um espaço participativo e colaborativo de construção e aprendizagem onde as pessoas se sintam livres e confortáveis.

Do compromisso com a educação política, entre as estratégias aplicadas para abordar os conceitos de forma vivencial, são utilizados o Teatro do Oprimido, recursos audiovisuais, análise de canções infantis, poemas, desenhos, rituais, entre outros recursos que estimulam as/os participantes a expressarem e a partilharem as suas vivências. No final, há sempre um ritual ou jogo.

Três passos da justiça de gênero são abordados na formação: primeiro, a construção de uma consciência que permita o reconhecimento da violência de gênero, incluindo a violência sexual, o lugar sociopolítico das mulheres e a expressão do sistema patriarcal nos espaços onde as mulheres vivem. No segundo, a identificação dos direitos humanos e dos direitos das mulheres, as rotas de atendimento, o acompanhamento para garantir esses direitos, e as barreiras que surgem para sua realização e restituição. No terceiro, a ativação das mulheres na mobilização social



por meio da sua participação em espaços de incidência política, da apresentação de reivindicações e do acompanhamento das políticas públicas.

### PASSO A PASSO: COMO IMPLEMENTAR?



Para quem deseja implementar a experiência, compartilhamos as seguintes recomendações:

- 1.** É necessário partir de uma leitura prévia do contexto e das necessidades dos grupos para o desenvolvimento das propostas metodológicas.
- 2.** Os processos de construção de paz devem ser propostos em locais onde este direito tenha sido historicamente violado, onde as necessidades básicas das pessoas não sejam atendidas e onde elas próprias não são visibilizadas. Estar no contexto das pessoas favorece também a construção de laços com as redes familiares e sociais e, desta forma, também a identificação de possíveis riscos para as crianças e as mulheres.
- 3.** O planejamento participativo das atividades deve acontecer, colocando as pessoas como protagonistas dos processos formativos e assegurando que os temas sejam compreendidos e apropriados.
- 4.** A educação popular procura promover a construção do pensamento crítico para a leitura dos contextos em que as comunidades vivem.
- 5.** É necessário ser flexível com as metodologias e temas abordados, respondendo às necessidades e características da população. Quando são abordagens vivenciais, têm um impacto não só nas/os participantes, mas também em seu entorno.
- 6.** A avaliação e o monitoramento das atividades indicam sua eficácia e levam a uma reflexão sobre o trabalho e a sua reorganização, se necessário.

### SUGESTÕES VALIOSAS DE QUEM APLICA A METODOLOGIA

- 1** Os temas de gênero e cultura de paz são amplos, por isso, é necessário ter clareza sobre os conceitos com os quais se deseja promover o debate, a formação e a incidência social e política.
- 2** É desejável articular a formação com apoio emocional, para que as pessoas participantes possam reconhecer os tipos de violência a que estão expostas, e para que sejam estabelecidos os cuidados e vias de restituição de direitos mais apropriados para cada caso.
- 3** É importante definir os tempos e os critérios para abordar as questões nas sessões de formação, procurando manter processos intergeracionais e interseccionais. Por exemplo, a realização de encontros entre jovens universitárias e mulheres adultas, indígenas e negras, entre outras, permite abordagens diversas e inclusivas.



Foto: Jessica Segura Lopez

### POR QUE A EXPERIÊNCIA É TRANSFORMADORA?

Os depoimentos das/os participantes da Escola mostram que a iniciativa aumentou a consciência sobre seus direitos e a confiança em sua própria capacidade de alcançar os seus objetivos. Chegam também a identificar melhor a violência existente e a forma como devem agir face a esses problemas. Além disso, querem contribuir e retornar os seus conhecimentos à Escola, e é por isso que se oferecem frequentemente como voluntárias e voluntários.

Outro resultado positivo foi a criação de uma coletiva composta por graduadas do grupo de mulheres jovens da Escola Popular, chamada Autónomas, que promove ações de formação com mulheres surdas. A coletiva participou da construção da Agenda da Mulher do Plano de Desenvolvimento Local apresentado às candidatas e aos candidatos ao Conselho e ao Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Medellín. As graduadas da Escola Popular participam também do movimento político de mulheres Estamos listas (Estamos prontas, em português) e do movimento de mulheres da cidade, juntando-se a passeatas e reflexões sobre gênero articuladas com processos de paz, entre outras ações.





“ **Foram criadas relações mais saudáveis, pacíficas, de expressão com liberdade** ”



Nas reuniões, nos sentávamos no chão para estarmos confortáveis, tínhamos sempre pequenos blocos, marcadores, tecidos, brincávamos... Lá tínhamos um ambiente seguro, onde podíamos expressar-nos com tranquilidade, paz e harmonia. Também realizamos ações nos bairros, onde pudemos brincar com as crianças e compartilhar com a comunidade.

Isso causou inicialmente um conflito com a minha família. São pessoas que tinham muito machismo enraizado nelas, e não achavam bacana o que eu estava aprendendo na escola. Então, foi um momento para gerar um ambiente de diálogo, para ouvir outras opiniões, e não de briga. A escola me ensinou que não se ensina reprimendo, mas sim por meio do diálogo pacífico.

Vou à universidade com várias meninas da Escola Popular, e nos tornamos sujeitas políticas, não nos calamos sobre nada. Por exemplo, na nossa universidade, há casos de assédio sexual e fazemos denúncias e posts nas redes sociais. Falamos sobre isso em assembleias universitárias. Perdemos o medo de falar e de procurar soluções.

Costumava confundir sexo e gênero, e a Escola me permitiu aprender mais sobre esses conceitos e como existem várias desigualdades e conservadorismos à nossa volta. Reconhecer quais lutas se desenvolvem em torno do conceito de gênero também me permitiu aprender sobre outros aspectos do conceito de paz, que não eram apenas sobre questões materiais, mas também no sentido de que a identificação de ser mulher gera frequentemente violência.

Passei a fazer parte do Grupo Cúrcuma, que surgiu a partir de outros processos da Amiga Joven e inclui várias mulheres que foram formadas na Escola Popular. Nesse espaço, a partir do nosso autorreconhecimento como mulheres, buscamos divulgar temas relacionados às questões de gênero e paz de forma acessível.

Quero me formar como arqueóloga e me especializar em arqueologia feminista. Estou também envolvida no projeto Soy (Sou, em português), que busca fortalecer formas de autoconhecimento, autoestima e saúde mental para todas as pessoas.



**MARIA FERNANDA ARBOLEDA**, 17 anos, formada pela Escola Popular e estudante de Antropologia. Vive em Bello, município próximo a Medellín.



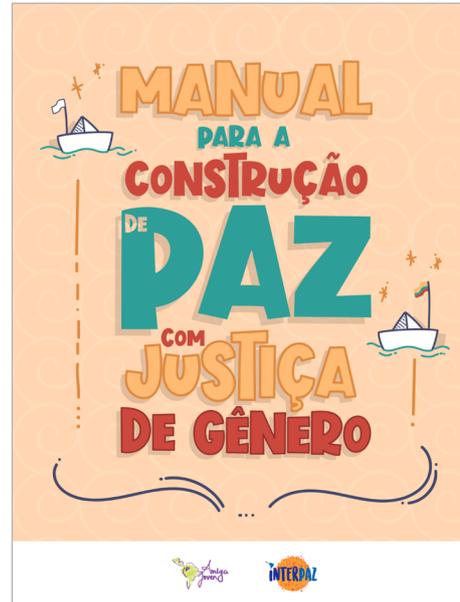
## PARA APROFUNDAR

### Manual para a Construção de Paz com Justiça de Gênero

Construído a partir do diálogo entre mulheres, homens e população não binária, nas etapas de infância, juventude e vida adulta, o documento apresenta um exercício de memória sobre o conflito armado na Colômbia e procura abordar os diferentes impactos do conflito por gênero e território, incentivando a construção de uma paz cotidiana.

Acesse:

[bit.ly/manual-paz](https://bit.ly/manual-paz)



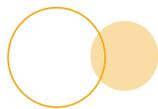
### Escuela Popular de Género y Formación Sociopolítica: Semillas de difusión para la transformación social

Neste documento, a Amiga Joven sistematiza as experiências de formação dos grupos de mulheres jovens e de masculinidades não hegemônicas.

Acesse:

[bit.ly/escola-popular](https://bit.ly/escola-popular)





## 4. CONCLUSÕES

Juntas, as metodologias e práticas sistematizadas no contexto do Projeto Regional Interpaz apresentam múltiplas ferramentas para abordar cultura de paz e violência de gênero com crianças, adolescentes, jovens e pessoas adultas. Há riqueza na diversidade das práticas e na forma de estruturar as metodologias, assim como se encontram muitos aspectos comuns em sua aplicação e nas formas de atuação das organizações parceiras.

Neste capítulo, destacamos as especificidades e os pontos que aproximam essas metodologias. Também compartilhamos aprendizagens e desafios da implementação desse Projeto em âmbito regional, que podem ajudar a avaliar o caminho percorrido e traçar os próximos passos.

### 4.1. Reflexões sobre as metodologias

- As metodologias partem da análise do contexto em que serão aplicadas e, nesse sentido, há flexibilidade para adaptá-las de acordo com diferentes públicos e objetivos;
- Articula-se a promoção de uma cultura de paz à luta pela eliminação da violência de gênero: as metodologias buscam provocar a reflexão crítica sobre o patriarcado, o racismo, a violência contra meninas e mulheres, bem como outras formas de opressão na sociedade, ao mesmo tempo que estimulam as/os participantes a repensarem e modificarem suas próprias práticas, fomentando mudanças de comportamento com base em respeito, cooperação e igualdade;
- Buscam-se alianças com organizações parceiras, ativação de atores estratégicos das comunidades e/ou a mobilização das/os próprias/os participantes para potencializar as mudanças pretendidas;





- Trabalha-se pela criação de relações de confiança e vínculos entre as pessoas participantes, com a instauração de espaços seguros, relações horizontais e escuta ativa, com especial ênfase no diálogo intergeracional;
- Rituais, jogos, esportes e artes, bem como os processos formativos vivenciais e baseados nos princípios da educação popular, estimulam reflexões e mudanças de comportamento que ecoam nos entornos familiares e sociais das pessoas. O esquema formal de educação sai de cena e dá lugar ao compartilhamento de experiências e à participação de todas/os;
- Valores de cultura de paz são apreendidos por meio das vivências proporcionadas pelas metodologias: respeito, cooperação, diálogo e solidariedade. Isso se reflete também nas mediações e na facilitação dos processos educativos, orientadas pela igualdade e pelo respeito às opiniões e às diversidades. Trata-se de subverter outros valores reforçados em nossos entornos, como a competição, o



Foto: Igor S Miranda de Oliveira



individualismo, a segregação, a discriminação e o uso da força para cercear direitos de meninas, mulheres, pessoas LGBTQI+, a população negra, indígenas, entre outros grupos;

- As metodologias prezam pela formação contínua de educadoras/es, mediadores/as e promotoras e promotores adolescentes e jovens sobre as temáticas do Interpaz e sua aplicação;
- Há diversidade nos locais de atuação - rural e periferias urbanas - e públicos alcançados: crianças, adolescentes, jovens, educadoras/es, técnicas/os em saúde, veteranos/as de guerra, entre outros;
- Todas as metodologias partem do reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitas e sujeitos de direitos, protagonistas de suas histórias. Há, contudo, diferentes modalidades para sua participação nos distintos contextos. Em algumas delas, não apenas são o público-alvo das atividades, mas também atuam como multiplicadoras/es, conduzem o desenvolvimento da metodologia ou se envolvem nos processos de elaboração de publicações e atividades pedagógicas.

## **4.2. Um balanço sobre a implementação do Interpaz: lições aprendidas e desafios**

- O Interpaz pretende contribuir para o fortalecimento dos debates sobre questões relacionadas com infância, juventude, gênero e violência, que são ainda mais relevantes em contextos de ameaças à democracia e violações de direitos;
- O Projeto representou uma oportunidade para as organizações parceiras sistematizarem e consolidarem as suas metodologias de sucesso em publicações destinadas a um público amplo, além de ter ajudado na documentação de sua experiência acumulada nesse campo;
- Nesse processo, as organizações puderam aprofundar os seus conhecimentos e reflexões sobre os temas de cultura de paz e igualdade de gênero, bem como examinar e melhorar suas próprias práticas. A Ação Educativa, por exemplo, começou a entender o Futebol de Rua como uma metodologia para a promoção de cultura de paz, destacando esse conceito na formação de mediadoras/es participantes dos polos de futebol. Para o MUPI, foi possível incorporar à sua Caixa de Ferramentas de Cultura de Paz conteúdo teórico e prático sobre os diferentes tipos de violência contra a infância e as mulheres, para ser trabalhado com crianças, adolescentes e jovens. A Amiga Joven tem a construção de paz como uma das suas principais áreas de trabalho e, nos últimos anos, tem participado de projetos que incluem o enfoque de gênero em suas ações de promoção de cultura de paz. Por sua vez, o CESESMA já realizava projetos para prevenir a violência de gênero e fortalecer a participação e o protagonismo de crianças e adolescentes. No entanto, a participação no Interpaz lhe deu a oportunidade de avaliar essa trajetória e sistematizar e enriquecer suas metodologias, no diálogo com crianças e adolescentes;
- Ao longo do Projeto, o intercâmbio entre as organizações permitiu conhecer a variedade de metodologias adotadas em cada país, levando em conta seus contextos históricos, públicos-alvo, conteúdos e ferramentas pedagógicas utili-



zadas. Apesar disso, as organizações reconhecem e lamentam que o tempo dedicado à troca de conhecimentos teóricos e práticos tenha sido inferior ao esperado, devido ao impacto da pandemia no planejamento e na implementação das atividades previstas para os dois primeiros anos do Projeto, como a elaboração de publicações sobre suas metodologias e experiências, atividades de formação, entre outras;

- A participação no Interpaz também permitiu às organizações parceiras oferecer às suas equipes formação em gênero e reforçar ou atualizar seus conhecimentos sobre igualdade de gênero, memória, cultura de paz e direitos humanos;
- Por meio do Interpaz, as organizações discutiram um marco conceitual comum, que destaca lutas e objetivos partilhados e contribui para a aplicação das metodologias, ao mesmo tempo que enfatiza a diversidade de contextos;
- Os guias metodológicos e outras publicações - produtos da sistematização de metodologias e experiências acumuladas por essas organizações - contribuem para a sustentabilidade de suas ações. Esses materiais visam colaborar com o trabalho de outras organizações e, ao mesmo tempo, podem contribuir para a reflexão sobre a promoção de cultura de paz e igualdade de gênero em iniciativas com crianças, adolescentes e jovens. A tradução desses guias e publicações para o português e o espanhol também amplia seu alcance e sua utilização por outras e outros ativistas.

### **Em termos de desafios, destacam-se os seguintes:**

- Dificuldades relacionadas com a implementação de projetos de promoção de direitos, destinados à população mais vulnerável, em países marcados por conservadorismo, violência, violação dos direitos humanos e pela diminuição ou ausência de participação social. São situações que tornam difíceis o trabalho das organizações da sociedade civil e a segurança de suas equipes, exigindo resiliência para enfrentar todo tipo de acontecimentos imprevistos e barreiras a fim de levar a cabo as suas ações e cumprir os seus compromissos;
- Fortalecimento dos canais de comunicação entre as organizações parceiras para ampliar o intercâmbio de conhecimentos e práticas, o que não só promove a melhoria contínua das suas metodologias, como também pode favorecer novas alianças a nível regional e fortalecer o trabalho desenvolvido para promover os direitos da infância e da juventude;
- Sustentabilidade financeira para permitir a continuidade a longo prazo do trabalho desenvolvido pelas organizações e conhecer o seu efeito multiplicador e os impactos gerados nos territórios, assegurando a estrutura, as equipes e a manutenção do seu vasto conhecimento e experiência acumulada.



## IMPACTOS E ADAPTAÇÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA

- Face à pandemia de Covid-19, foi necessário rever o planejamento, adaptar atividades e metodologias, e estabelecer novos canais de comunicação com participantes do Projeto. Nesse processo, a solidariedade e o diálogo entre as organizações parceiras, a coordenação regional e os apoiadores dessa iniciativa foram fundamentais para compreender as particularidades de cada país, e assim, atender as necessidades das equipes para continuar trabalhando;
- A criação de estratégias e adaptações pedagógicas durante esse período proporcionou às organizações novas competências e aprendizagens. No entanto, a transferência das atividades para o formato virtual não levou a uma redução do esforço e da carga de trabalho das equipes envolvidas no Projeto. Pelo contrário, verificou-se que a utilização eficaz dos meios digitais implica uma curva de aprendizagem sobre as ferramentas e os tempos adequados para os processos educativos virtuais. Por conseguinte, exigiu tempo de preparação, mais apoio para as equipes e recursos financeiros;
- Entre os ajustes feitos pelas organizações parceiras, procurou-se oferecer atenção - por telefone e outros meios - às crianças, adolescentes, jovens e suas famílias para: manter a sua participação; conhecer a sua situação e necessidades; apoiar famílias com dificuldades econômicas com alimentos, materiais de higiene e limpeza, kits de prevenção ao Covid-19 e de direitos sexuais e reprodutivos, bem como apoio econômico para que pudessem se conectar à Internet e participar virtualmente das atividades. Algumas organizações também ofereceram atendimentos psicossociais;
- As barreiras ao acesso às tecnologias digitais tornaram-se ainda mais evidentes nesse período. Houve uma redução na participação das crianças, adolescentes e jovens quando as atividades passaram para o ambiente virtual. Isso ocorreu principalmente nos casos em que as práticas estavam fortemente ligadas a encontros presenciais, como o Futebol de Rua, ou em locais onde as/os participantes tinham acesso limitado à Internet, como em El Salvador. Para a organização parceira na Colômbia, os grupos com crianças foram os mais afetados pela falta de acompanhamento das suas famílias durante suas atividades, e pela falta de instrumentos tecnológicos próprios que lhes permitissem ter autonomia para participar das reuniões;
- As atividades que continuaram no formato virtual tiveram uma duração mais curta e foram realizadas em períodos mais espaçados. Em 2021, as atividades presenciais foram retomadas com grupos menores, adotando medidas de distanciamento e proteção contra o Covid-19.



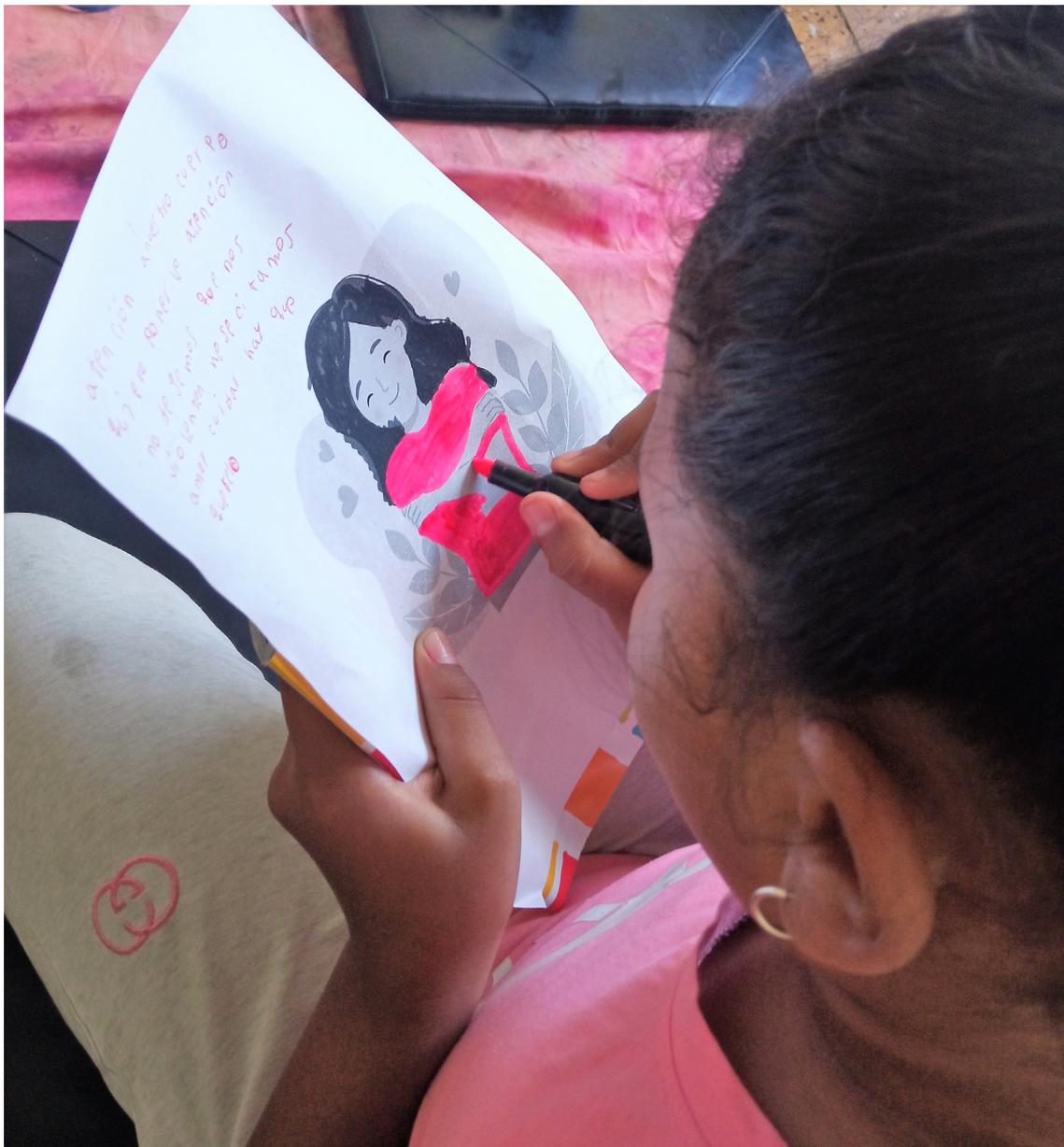
**“A bola vai, a vida vem...”**

**Mulheres que costuram histórias  
na medida em que a bola vai, a vida vem  
sábado abrem alas,  
domingo se calam  
chega a segunda.**

**Seus avessos contêm pratos e patroas  
crianças nas costas e nos seios  
suas mãos perfumadas de cheiros...  
Mulheres na várzea  
dão vazão ao infinito  
de um universo mais bonito  
uma sinestesia de alegria e dor  
um sopro de vida e um suspiro de gol  
risadas rimadas aos gritos**

(Elizandra Souza)<sup>27</sup>

Foto: Brisbany Pino



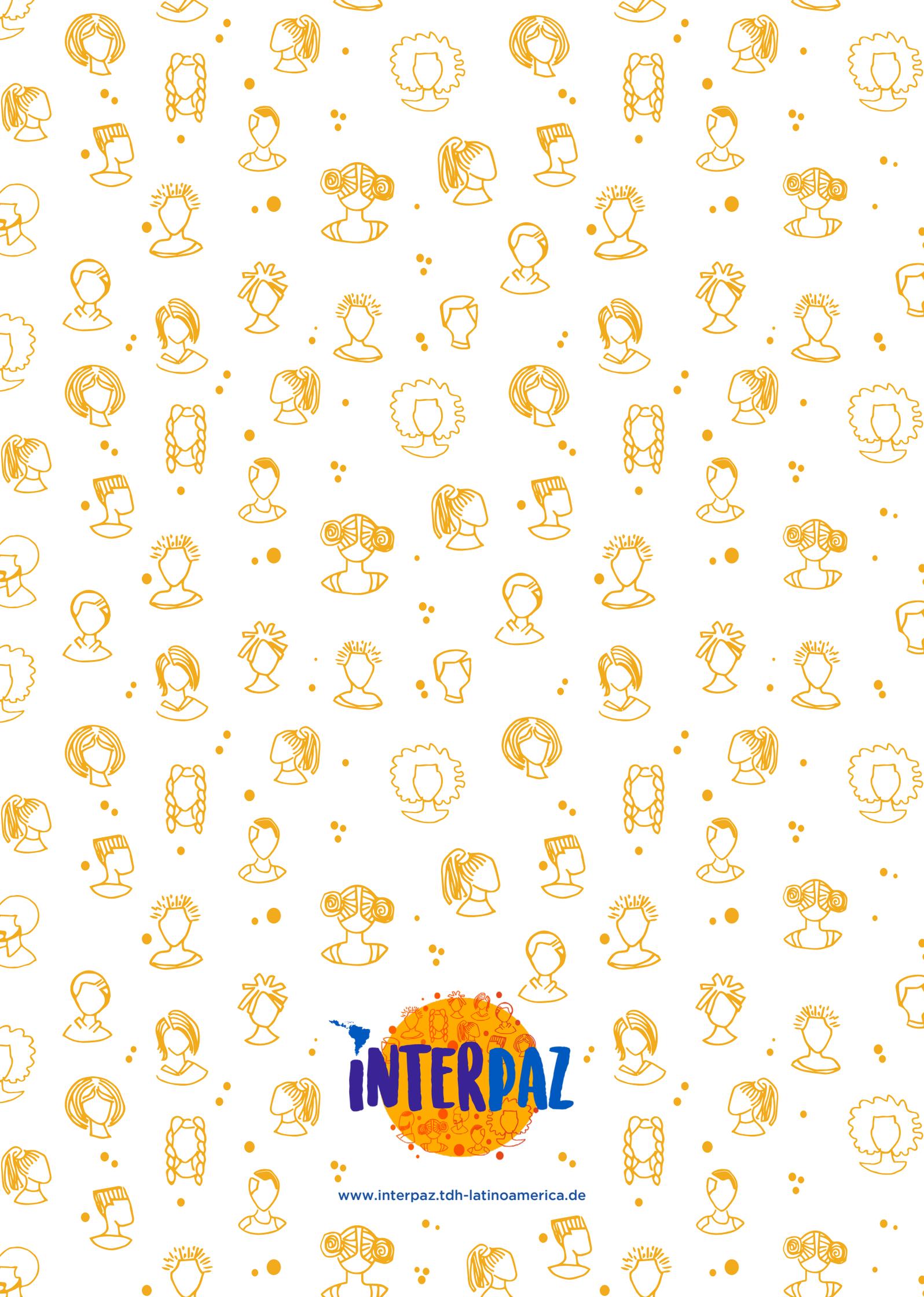
## REFERÊNCIAS

- 1 El Paro Nacional 2021: Lecciones aprendidas para el ejercicio del derecho de reunión pacífica en Colombia. **Oficina del Alto Comisionado de la ONU para los Derechos Humanos**, 2022. Disponível em: [https://www.hchr.org.co/documentos/el-paro-nacional-2021-lecciones-aprendidas-para-el-ejercicio-del-derecho-de-reunion-pacifica-en-colombia/#\\_Toc89787111](https://www.hchr.org.co/documentos/el-paro-nacional-2021-lecciones-aprendidas-para-el-ejercicio-del-derecho-de-reunion-pacifica-en-colombia/#_Toc89787111)
- 2 ARGUETA, Otto; PÉREZ NAVARRETE. Marco. Impactos da pandemia Covid-19 na fragilidade democrática. El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua. 2020. **Heinrich Böll Stiftung**, 2020. Disponível em: [https://sv.boell.org/sites/default/files/2021-05/Impactos.Pandemia.Covid-19.Fragilidad.Democr%C3%A1tica.ES\\_.G.H.N.hbs\\_.pdf](https://sv.boell.org/sites/default/files/2021-05/Impactos.Pandemia.Covid-19.Fragilidad.Democr%C3%A1tica.ES_.G.H.N.hbs_.pdf) Acesso em 10 ago. 2022.
- 3 Em El Salvador, homicídios e outros delitos são atribuídos às chamadas “pandillas” ou gangues. Trata-se de um fenômeno multicausal que, no contexto salvadorenho, remonta à década de 1970, com a existência de grupos de jovens que se reuniam em comunidades vulneráveis localizadas ao redor da capital. Ao não ter acesso às políticas públicas ou encontrar oportunidades para se desenvolverem, essas pessoas foram levadas a migrar para outros países, ingressar no setor informal ou se incorporar a “pandillas” ou atividades criminais. O fenômeno desde então tem se reproduzido em comunidades periféricas urbanas, caracterizadas por: presença insuficiente de instituições de proteção social, grande desigualdade social, estruturas familiares frágeis, e pela existência de economias informais ou ilegais que surgem, em parte, como resposta a uma estrutura socioeconômica incapaz de atender as necessidades da população. PNUD, 2013<sup>a</sup>. Essas informações podem ser encontradas e aprofundadas no documento de MURCIA, Walter. Las pandillas en El Salvador: propuestas y desafíos para la inclusión social juvenil en contextos de violencia urbana. CEPAL, 2015.
- 4 EL Salvador: O estado de exceção criou uma tormenta perfeita de violações de direitos humanos. **Anistia Internacional**, 2022. Disponível em: <https://www.amnesty.org/es/latest/news/2022/04/el-salvador-state-of-emergency-human-rights-violations/> Acesso em: 16 de ago. 2022.
- 5 LUPION, Bruno. A lei que virou meio para constranger opositores do governo. **DW**, 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/lei-de-seguran%C3%A7a-nacional-vira-meio-para-constranger-opositores-do-governo/a-56934688> Acesso em: 15 de ago. 2022.
- 6 NICARÁGUA: ONU preocupada com fechamento de organizações civis. **Nações Unidas**, 2022. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/07/1796782> Acesso em: 20 de ago. 2022.
- 7 NICARAGUA: Embestida contra la sociedad civil. **Human Rights Watch**, 2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/es/news/2022/07/19/nicaragua-embestida-contra-la-sociedad-civil> Acesso em: 23 de set. 2022.
- 8 LEY N° 1040. Ley de Regulación de Agentes Extranjeros. **La Gaceta Nicaragua**, 19 de oct. 2020. Disponível em: <http://legislacion.asamblea.gob.ni/normaweb.nsf/9e314815a08d4a6206257265005d21f9/3306286cd4e82c5f-06258607005fdf6b> Acesso em: 23 de set. 2022.

- 9 CONVENÇÃO sobre os Direitos da Criança. **Unicef Brasil**, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> Acesso em: 10 ago. 2022.
- 10 ENFOQUE de Género - La promoción de la igualdad y equidad de género en Oficina Regional para América Latina (ORLA). **terre des hommes Alemanha**, 2019. Disponível em: <http://tdh-latinoamerica.de/wp-content/uploads/2019/05/1904-3-ORLA-Enfoque-de-Genero.pdf> Acesso em: 10 de ago. 2022.
- 11 OBJETIVOS de Desarrollo Sostenible. Objetivo 5: Lograr la igualdad entre los géneros y empoderar a todas las mujeres y niñas. **Nações Unidas**, 2015. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/gender-equality/> Acesso em: 10 ago. 2022.
- 12 Sobre a base de consultas aos domicílios dos países. Banco de Datos de Encuestas de Hogares (BADEHOG). São considerados os dados dos países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela, América Latina. **CEPAL**, 2022. Disponível em: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/index.html?lang=es> Acesso em: 22 de ago. 2022.
- 13 CASTILLO, Claudio; MARINHO, Maria Luisa. Los impactos de la pandemia sobre la salud y el bienestar de niños y niñas en América Latina y el Caribe. 2022. **CEPAL**, 2022. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47806/4/S2200064\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47806/4/S2200064_es.pdf) Acesso em: 29 de ago. 2022.
- 14 OBJETIVO 5: Lograr la igualdad entre los géneros y empoderar a todas las mujeres y niñas. **Agenda 2030 en América Latina y el Caribe**, 2015. Disponível em: <https://agenda2030lac.org/es/ods/5-igualdad-de-genero> Acesso em: 29 de jul. 2022.
- 15 CEPAL: Al menos 4.091 mujeres fueron víctimas de feminicidio en 2020 en América Latina y el Caribe. **CEPAL**, 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/comunicados/cepal-al-menos-4091-mujeres-fueron-victimas-feminicidio-2020-america-latina-caribe-pese> Acesso em: 29 de jul. 2022.
- 16 OBJETIVO 16: Promover sociedades justas, pacíficas e inclusivas. **Agenda 2030 en América Latina y el Caribe**, 2015. Disponível em: <https://agenda2030lac.org/es/ods/16-paz-justicia-e-instituciones-solidas> Acesso em: 29 de jul. 2022.
- 17 FÓRUM Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência**, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/> Acesso em: 29 de jul. 2022.
- 18 ARROYO, Lorena; OQUENDO, Catalina, PIREZ, Breiller. El racismo invisibilizado en América Latina alza la voz. **El País**, 2020. Disponível em: <https://elpais.com/sociedad/2020-06-08/el-racismo-invisibilizado-en-america-latina-alza-la-voz.html> Acesso em: 16 de ago. 2022.
- 19 RESOLUÇÃO 53/243 da Assembleia Geral das Nações Unidas: **Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz**, 1999. Disponível em: <http://www.comitepaz.org.br/download/Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20uma%20Cultura%20de%20Paz%20-%20ONU.pdf> Acesso em: 16 de ago. 2022.

- 20 A este respeito, recomenda-se a leitura dos seguintes textos: Hacia una antropología “para” la paz (JIMÉNEZ BAUTISTA, Francisco. **Gazeta de Antropología**, 2009, 25 (2), artículo 43. Disponível em: [https://www.ugr.es/~pwlac/G25\\_43Francisco\\_Jimenez\\_Bautista.html](https://www.ugr.es/~pwlac/G25_43Francisco_Jimenez_Bautista.html)) e La paz y la igualdad entre los géneros (CENTENO, Rebeca. **Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología**, Vol. 23 No. 1 (enero-marzo, 2014): 7 – 21. Disponível em: <https://www3.gobiernodecanarias.org/medusa/ecoblog/bmarsanf/files/2019/01/articulo-la-paz-y-la-igualdad-entre-los-generos-una-relacion-indisoluble.pdf>).
- 21 ENFOQUE de Género - La promoción de la igualdad y equidad de género en Oficina Regional para América Latina (ORLA). **terre des hommes Alemanha**, 2019. Disponível em: <http://tdh-latinoamerica.de/wp-content/uploads/2019/05/1904-3-ORLA-Enfoque-de-Genero.pdf> Acesso em: 15 de ago. 2022.
- 22 A Declaração e Programa de Ação da ONU sobre uma Cultura de Paz (Resolução A/53/243) identifica oito áreas de ação para atores em nível local, nacional e internacional com vista à promoção de uma cultura de paz. 1999. Disponível em: [https://es.m.wikisource.org/wiki/Resoluci%C3%B3n\\_53/243\\_de\\_la\\_Asamblea\\_General\\_de\\_las\\_Naciones\\_Unidas](https://es.m.wikisource.org/wiki/Resoluci%C3%B3n_53/243_de_la_Asamblea_General_de_las_Naciones_Unidas) Acesso em: 4 de ago. 2022.
- 23 Para mais informações sobre o conflito em El Salvador, recomenda-se o artigo: La guerra civil en El Salvador (MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Estudios Centroamericanos, ECA**, 1981, Vol. 36, No. 387-388 pág. 17. Disponível em: <https://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/12/1981-La-guerra-civil-en-El-Salvador.pdf>) Acesso em: 9 de ago. 2022.
- 24 Para saber mais sobre o conflito na Guatemala, consulte estes links: Casa de la Memoria Kaji Tulam <https://casadelamemoria.org.gt/>; Exposición virtual sobre la guerra (<https://caldh.org.gt/casa-de-la-memoria-virtual/>); Centro de la Memoria Monseñor Juan Gerardi <https://www.odhag.org.gt/cmmjg/>.
- 25 O deslocamento interno forçado consiste na migração temporária das/os habitantes de um bairro para outras partes de uma mesma cidade devido à pressão de grupos armados ilegais que procuram exercer controle territorial e social. (Desplazamiento forzado intraurbano y soluciones duraderas. **Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento - CODHES. ACNUR, 2013**. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/Publicaciones/2013/9156.pdf> Acesso em 23 de set. 2022)
- 26 ACORDO final para o término do conflito e a construção de uma paz estável e duradoura. **Cancillería de Colombia**, 2016. Disponível em: [https://www.cancilleria.gov.co/sites/default/files/Fotos2016/12.11\\_1.2016nuevoacuerdofinal.pdf](https://www.cancilleria.gov.co/sites/default/files/Fotos2016/12.11_1.2016nuevoacuerdofinal.pdf) Acesso em: 18 de ago. 2022.
- 27 Poema retirado da publicação “Futebol e Cultura: práticas de futebol colaborativo e solidário”, da Ação Educativa.





[www.interpaz.tdh-latinoamerica.de](http://www.interpaz.tdh-latinoamerica.de)